

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

THIAGO PRESTES DE OLIVEIRA

**A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES REVISITADA: ANÁLISE DOS
CONGRESSOS (1984-1991)**

PORTO ALEGRE

2018

THIAGO PRESTES DE OLIVEIRA

**A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES REVISITADA: ANÁLISE DOS
CONGRESSOS (1984-1991)**

Trabalho de Conclusão De Curso de graduação
apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda

PORTO ALEGRE

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Thiago Prestes de
A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES REVISITADA:
ANÁLISE DOS CONGRESSOS (1984-1991) / Thiago Prestes
de Oliveira. -- 2018.
63 f.
Orientador: Fernando Coutinho Cotanda.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. CUT. 2. Movimento Sindical. 3. Congressos da
CUT. I. Cotanda, Fernando Coutinho, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

THIAGO PRESTES DE OLIVEIRA

**A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES REVISITADA: ANÁLISE DOS
CONGRESSOS (1984-1991)**

Trabalho de Conclusão De Curso de graduação
apresentado ao Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito parcial para
a obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais.

Aprovado em: ___de ___de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda (UFRGS) - Orientador

Prof. Dr. Mauro Roese (UFRGS)

Prof. Dra. Vanessa Marx (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os movimentos que através de sua pressão social fizeram culminar a lei de cotas raciais nas universidades públicas, sem as quais dificilmente estaria escrevendo essa monografia;

Aos trabalhadores da universidade pública brasileira lutadores pela manutenção dessa estrutura, esforçando-se cotidianamente contra o discurso neoliberal que desejam destruí-la;

Aos meus amigos, diretamente e indiretamente, vocês todos fazem parte disso;

Ao Fernando Coutinho Cotanda por aceitar a orientação do trabalho, bem como nas dicas e correções.

“A não ser que tenha pesquisado uma questão, você será privado do direito de falar sobre ela. Isso é muito severo? Nem um pouco. Se não examinou um problema, seus fatos presentes e sua história passada, e nada sabe a respeito de sua essência, o que quer que diga sobre ele será decerto bobagem. Falar bobagens não resolve problemas, como todos sabem. Então, porque é injusto privá-lo do direito de falar? Muitos camaradas sempre mantêm os olhos fechados e falam bobagens, o que, para um comunista, é vergonhoso. Como pode um comunista manter seus olhos fechados e falar bobagens?

Não dará certo!

Não dará certo!

Você deve investigar!

Você não deve falar bobagens! ”

(Mao Tsé-tung)

RESUMO

Esse trabalho realiza uma descrição histórica do movimento sindical brasileiro, a saber: observações gerais sobre o sindicalismo; história do movimento sindical brasileiro e a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O objetivo principal da monografia foi identificar mudanças nas resoluções de congressos da Central Única dos Trabalhadores. Para encontrar as transformações, realizamos uma pesquisa qualitativa analisando as resoluções dos congressos da CUT nos anos de 1984 até 1991. Observou-se a existência de clivagens entre dois principais agrupamentos na central, a tendência “Articulação” e sua oposição representada majoritariamente pela “CUT pela Base”. As rivalidades na CUT existiram desde seu primeiro congresso, contudo, as mudanças tanto na parte estrutural, como nos posicionamentos políticos da central, aparecem somente a partir do terceiro congresso em 1988, agudizando-se no quarto congresso de 1991. Nossos resultados demonstram que a central optou por um viés propositivo em virtude de mudanças no contexto político, econômico e ideológico do país.

Palavras-chave: CUT; Movimento Sindical; Congressos da CUT.

ABSTRACT

This work performs a description of Brazilian syndicalism. General information is about syndicalism, history of union movement, and the formation of CUT. The objective of this monography was identifying the changes in congress resolution of CUT. To find this information is we made a qualitative research analyzing the congress resolution of CUT in the years 1984 until 1991. It was observed the existence of cleavages between two main clusters of union, the “Articulação” and “Cut pela Base”. The rivalries have existed since its first congress, however, the changes both in the structural part, as in political positions of CUT appear only from the third congress in 1988, exacerbated in the fourth congress of 1991. Our results demonstrate that, the CUT opted for a biased proposition acting due to changes in the political, economic and ideological context of the country.

Keywords: CUT; Union Movement; Congresses of CUT.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional Número 5
ANAMPOS – Articulação nacional dos movimentos populares e sindical
ANTÁRTICA – Anti-articulação
CEB's - Comunidades Eclesiais de Base
CEDOC - Centro de Documentação e Memória Sindical da Cut
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CGTB - Confederação Geral do Trabalho do Brasil
CIOLS - Confederação Internacional dos Sindicatos Livres
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
COB - Confederação Operária Brasileira
CONCLAT – Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora
CONCUT – Congresso da CUT
CSC - Corrente Sindical Classista
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
ENOS – Encontro Nacional das Oposições Sindicais
ENTOES – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura sindical
FMI – Fundo Monetário Internacional
FSM - Federação Sindical Mundial
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MR8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PEC – Projeto de Emenda Constitucional
PLR – Participação nos Lucros e Resultados
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN - Partido Trabalhista Nacional
UDN – União Democrática Nacional
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 PROBLEMA	11
1.2 HIPÓTESE.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 OBJETIVO GERAL.....	13
1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
1.6 METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO	13
2 OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE O SINDICALISMO	15
3 HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO	17
3.1 MOVIMENTO SINDICAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA	18
3.2 ESTRUTURA SINDICAL VARGUISTA E REPRESSÃO	21
3.3 REPRESSÃO ACENTUADA NO GOVERNO DUTRA	24
3.4 A VOLTA DE VARGAS E O INÍCIO DO POPULISMO SINDICAL	25
3.5 DITADURA MILITAR E REPRESSÃO AOS TRABALHADORES	29
3.6 CRISE DA DITADURA E EMERGÊNCIA DO NOVO SINDICALISMO.....	30
4 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CUT	34
4.1 1º CONGRESSO.....	36
4.2 2º CONGRESSO.....	38
4.3 3º CONGRESSO.....	40
4.4 O POLÊMICO 4º CONGRESSO E OS DEBATES SOBRE OS RUMOS DA CUT.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

1. INTRODUÇÃO

Após a segunda Guerra Mundial, o Estado de Bem-Estar Social europeu passou a ser o modelo de capitalismo, devido à alta movimentação do operariado europeu e prestígio da URSS ao combater o nazi-fascismo, esse foi o modelo utilizado por alguns países para conter o avanço socialista na Europa. Contudo, após as crises do petróleo na década de 1970 e alteração na política de juros estadunidense o mundo do trabalho sofre profundas alterações com o advento do neoliberalismo¹.

Através dessas transformações, a classe trabalhadora do mundo inteiro sofre diversos reveses devido a política de ajuste estrutural da burguesia em todos os países capitalistas do mundo. Nesse momento, o Brasil vivia sob a ditadura militar, embora os militares tivessem vantagens com um intenso arrocho salarial aos trabalhadores brasileiros, o país vivia sob alta estatização, ainda sem realizar as mudanças estruturais preconizadas pelos governos neoliberais. As mudanças políticas ocorridas na Europa a partir da década de 70 somente vão afetar o Brasil, de fato, em 1989 após a eleição de Fernando Collor.

A Central Única dos Trabalhadores viveu ambos períodos. A central surgiu no fim da ditadura militar contra os governos militares e José Sarney, todos eleitos de forma indireta. A partir da eleição de Collor e suas respectivas transformações a CUT teria que se preparar para lutar com um novo modelo de governo, com novas ideias e concepções organizacionais referente os sindicatos e os trabalhadores.

1.1 PROBLEMA

Iniciamos o trabalho partindo do seguinte questionamento: ocorreram mudanças referentes ao posicionamento político nas resoluções de congresso da CUT? Se sim, quais as determinações existiram para a central fazer essas mudanças em suas resoluções de congressos nos de anos de 1984 até 1991?

¹ Não é objetivo do trabalho dissertar sobre o neoliberalismo, para compreender o que é o neoliberalismo e um exemplo de país que confrontou essa política, indicamos o a leitura de: **O MBR-200 e o enfrentamento prolongado ao neoliberalismo** (NOGARA; OLIVEIRA, 2017).

1.2 HIPÓTESE

Nossa hipótese é de que existiram três determinações fundamentais para as possíveis mudanças no programa da CUT, são elas: determinações de caráter político, econômico e ideológico.

1.3 JUSTIFICATIVA

A Central Única dos Trabalhadores atualmente é a maior central sindical brasileira. Desde seu primeiro congresso a CUT proclama-se como uma central socialista. Contudo, o país, após sua criação e desenvolvimento, além de não adentrar ao socialismo, teve regressão nos conteúdos referentes aos trabalhadores, ocorrendo milhares de demissões, destruição de empresas estatais, bem como a vitória nas eleições de 1989 de um candidato com ideologia contrária ao funcionalismo público e seu respectivo movimento sindical. Diante disso, entendemos ser importante estudar como agiu a maior central sindical do país, para compreendermos o impacto das suas atitudes nos direitos sociais dos trabalhadores brasileiros.

O estudo é relevante por tratar-se da organização dos trabalhadores. Ao analisarmos as mudanças em seu programa podemos entender as motivações da central sindical para realizá-las. O conteúdo do trabalho faz um apanhado histórico das resoluções congressuais da CUT devido a existência de grande bibliografia, com múltiplos vieses sobre a temática, sendo como questão com brechas a serem resolvidas sobre as motivações da CUT para sua transformação. Além do mais, o estudo pega a fase mais radicalizada do movimento sindical brasileiro, possuindo diversos anseios, até o início do seu recrudescimento representado no seu mais conturbado congresso. Partimos da concepção que devemos entender os caminhos percorridos do movimento sindical de esquerda, para assim, compreendermos seus possíveis rumos. A escolha do tema foi em decorrência de buscar assimilar como desenvolveu-se a história da organização dos trabalhadores brasileiros, por isso, o estudo faz um apanhado histórico do movimento sindical no país.

O trabalho se endereça a todos os estudantes do sindicalismo brasileiro em busca de compreender o histórico do movimento sindical brasileiro e os primórdios dos rumos da CUT. Também auxilia os trabalhadores para analisarem as escolhas da central podendo compreender seus destinos. Ou seja, tanto para as ciências sociais, bem como a comunidade

acadêmica e toda a sociedade brasileira, o assunto é interessante por se tratar de um tema com implicações práticas do nosso cotidiano referente a luta dos trabalhadores.

1.4 OBJETIVO GERAL

Identificar as mudanças nos congressos da Central Única dos Trabalhadores nos anos de 1984 até 1991.

1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Descrever a história sindicalismo em sua fase embrionária;

Descrever a história do sindicalismo brasileiro e a formação da Central Única dos Trabalhadores;

Analisar as resoluções dos congressos da Central Única dos Trabalhadores nos anos de 1984 até 1991.

1.6 METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho utilizará a metodologia qualitativa, através de uma pesquisa documental. Nossas fontes são as resoluções dos congressos da CUT acessíveis por qualquer pessoa no site do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC²). Tal metodologia se justifica pelo fato das resoluções congressuais expressarem a posição política oficial adotada pela central sindical.

Analisaremos desde o primeiro congresso, no ano de 1984, até o quarto congresso referente ao ano de 1991. Utilizaremos esse modelo de análise para comparar as possíveis mudanças entre os congressos. O foco investigativo nos documentos será o posicionamento com relação as questões políticas, econômicas, ideológicas, bem como os conteúdos referentes a estrutura da própria CUT representadas nas resoluções de congressos.

O trabalho estruturar-se-á da seguinte maneira: no primeiro capítulo serão informados breves apontamentos sobre o sindicalismo, informando aos leitores os primórdios do movimento sindical, bem como algumas definições sobre seu caráter nas respectivas formações sociais. No segundo capítulo abordaremos a história do movimento sindical

² Ver: <http://cedoc.cut.org.br/>

brasileiro, dissertando sobre o movimento sindical da primeira república até o surgimento do “novo sindicalismo” representado pela Central Única dos Trabalhadores. No capítulo final nossa abordagem focará nos Congressos da CUT. Desde seu primeiro congresso realizado em 1984, até o quarto congresso ocorrido em 1991. Nesse último capítulo referente às resoluções da central utilizaremos uma bibliografia de apoio sobre o tema, para assim, analisarmos suas transformações.

2 OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE O SINDICALISMO

Nesse primeiro capítulo do trabalho abordaremos os aspectos gerais do sindicalismo, apresentando seu histórico, alguns modelos e definições.

É difícil apresentar somente uma definição de sindicalismo sem cair em abstrações genéricas. O que podemos afirmar é que os sindicatos surgem como reação a situação precária dos trabalhadores no capitalismo. Sua origem vai desde a solidariedade entre os trabalhadores por uma melhoria salarial até revolta contra o modo de produção capitalista (ANTUNES, 1996, p. 12; BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Existem diversas concepções de sindicalismo. Entre elas destacamos o sindicalismo no viés marxista, para Lênin os sindicatos deveriam obedecer à concepção ideológica do partido, ligando o partido às massas de trabalhadores³. Além desse, há também outros três modelos de sindicato nas formações sociais capitalistas, o modelo corporativo, exemplo disso são países como Itália no seu período fascista e Espanha sob o regime do general Francisco Franco, esses dois países sofreram com governos ditatoriais possuindo uma organização sindical controlada pelo Estado (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996).

Há outras formas de sindicato no capitalismo bastante utilizada em países europeus no início do século XX, como o sindicalismo revolucionário na Itália (pré-fascismo) e na França. Esse modelo sindical foi preconizador de ações diretas como principal forma de luta (ANTUNES, 1996, pp. 23-24). Por fim, temos o mutualismo, sindicalismo defendendo no fim da vida do anarquista Mikhail Bakunin. O mutualismo oferecia crédito a juros menores, ou até mesmo a juro-zero, nessa concepção, a melhoria da situação operária deveria ser focada no viés econômico renunciando a luta política nos aparelhos do Estado (RIAZANOV, 1984, pp. 119-120).

O período de formação do operariado, na Europa, que reivindicará alguma das concepções mencionadas acima de sindicalismo, vai de 1790 até 1830. Essa foi à era de início da consciência dos interesses mútuos entre os trabalhadores. Já na metade do século XIX, principiam organizações como sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, organizações políticas e periódicos operários (THOMPSON, 1987, p. 16).

³ É preciso cuidado ao tomar isso como orientação geral dos socialistas, Lênin faz essa alegação em 1922 em seu estudo sobre os sindicatos, quando o poder dos revolucionários, de certa forma, estava consolidado na Rússia. Com isso, os sindicatos teriam que participar ajudando na construção do governo revolucionário. A luta grevista dos trabalhadores **no Estado socialista** consiste em uma solução menos penosa dos conflitos encontrando vantagens aos trabalhadores sem danificar o processo revolucionário de consolidação do Estado socialista.

Os primeiros operários surgiram concomitantemente à indústria. Para escapar da sua situação degradante, o operário escolhia duas opções: a revolta contra a burguesia ou o alcoolismo⁴. Essas opções não eram excludentes, afinal os operários ingleses nesse período escolheram ambas, ora voltavam-se contra o maquinário industrial, e em diversos momentos, participavam ativamente da dissolução moral representada pelo período devido ao alto nível de alcoolismo dos habitantes (ENGELS, 2010).

Devido à situação precária dos trabalhadores com o advento da revolução industrial, as questões salariais não fizeram parte das reivindicações fundamentais. Até o final da metade do século XIX, as principais reivindicações eram: jornada de trabalho de 10 horas; direito a formação de sindicatos e segurança no emprego (THOMPSON, 1987, p. 28).

A primeira forma de rebelião dos operários foi o crime. Os operários sem uma organização prévia para confrontar o problema da sua exploração, somado a miséria ao seu lado, começaram a roubar. O nível de delinquência na fase embrionária do operariado andou lado-a-lado à expansão industrial. Após perceberem a inutilidade e os agravantes da criminalidade, os operários passaram a perseguir as máquinas, quebrando-as. Mas o movimento sofreu forte repressão, afinal, após conquistarem seus objetivos reivindicativos os quebradores de máquinas sofriam severas punições, sendo demitidos de seu emprego ou possuindo problemas de ordem policial (ENGELS, 2010, p. 248).

Quem resistia às máquinas, geralmente eram os operários mais qualificados. A oposição às máquinas existiu de diversas maneiras reivindicativas. No geral, a quebra era o último recurso dos grevistas devido a um desentendimento não solucionado com os patrões (PERROT, 1988). Com o desenvolvimento das organizações partidárias, os conflitos dos trabalhadores tornam-se mais organizados, possuindo um caráter mais político através de organizações sindicais em alianças com partidos políticos (KERR, et al, 1960, p. 262)

Um importante passo para o avanço do movimento operário resulta da lei aprovada no parlamento inglês,⁵ em 1824, regulamentando a associação operária. Até então, as associações operárias na Inglaterra eram secretas. A normatização da organização sindical oferece mais um incentivo aos operários se organizarem, multiplicando o número de sindicatos (Trade Unions) por toda Inglaterra. O objetivo desses agrupamentos era negociar os salários

⁴ Era típico das organizações acabarem suas reuniões em bebedeiras, mostrando que mesmo o movimento organizado do período sofria com o alcoolismo (HOBSBAWM, 1970, pp. 193-194).

⁵ As leis impeditivas de formação de organizações eram ineficazes. O motivo da parca força do operariado era o alto número de desempregados. Quando as leis para normatização do operariado foram criadas, de início, os trabalhadores ainda não possuíam uma organização coesa (DEANE, 1969, p. 176). Os industriais aproveitaram-se disso para reduzir salários e aumentar a jornada de trabalho. O movimento operário responde a essa atitude com as greves de 1859-1860 (RIAZANOV, 1984, p. 118)

regulando-os em relação aos lucros patronais, mantendo-os em um mesmo nível para cada ramo profissional (ENGELS, 2010, pp. 249-250). Entretanto, para Friedrich Engels, o movimento operário do período era extremamente limitado, pois:

[...] desde que a suspensão do trabalho seja precedida de um aviso prévio - o que nem sempre acontece. Tais meios, no entanto, são extremamente limitados, porque há operários que não participam da associação e outros que, seduzidos pelas efêmeras vantagens que os burgueses lhes oferecem, dela se afastam. Sobretudo no caso de greves parciais, os industriais não têm dificuldades em recrutar dentre essas ovelhas negras um certo número de indivíduos (chamados knobsticks) e levar ao fracasso os esforços dos operários associados (ENGELS, 2010, p. 250)

Todavia, mesmo com as debilidades, as associações sindicais e partidárias, agora legais, foram importantes para criar uma consciência política-organizativa nos operários (ENGELS, 2010, p. 254). A classe operária após formada passa a organizar uma grande luta contra a burguesia, iniciando sua atividade sindical em todos os lugares do mundo.

Com essa breve introdução, percebemos que o movimento sindical se caracteriza por ser um elemento estrutural da relação entre capital e trabalho. Em todo o lugar onde existam esses dois fenômenos, encontraremos organizações sindicais, sendo o sindicato a grande expressão desse conflito.

Ainda que o sindicato seja um elemento estrutural das sociedades capitalistas ele se singulariza de acordo com a formação social, conforme veremos no caso brasileiro.

3 HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

“[...] O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... despela” (KARL MARX, 2013, p. 323).

3.1 MOVIMENTO SINDICAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Nesse subcapítulo abordaremos a história do movimento sindical na Primeira República, também conhecida como “República Velha”, levando em consideração as características dos movimentos dos trabalhadores no período. Os movimentos sindicais iniciam-se no Brasil, de forma marginal, devido à constituição do período ser proibitiva em relação à criação dos agrupamentos reivindicativos, mesmo assim, as condições degradantes do trabalho nesse período fizeram surgir inúmeras agremiações de diversas ideologias.

O modo de produção⁶ capitalista surge no Brasil, de fato, com liquidação do regime escravocrata. Através disso, os escravos foram substituídos por uma mão de obra imigrante. (FAUSTO, 1977, p. 17). Com o fim do escravismo e início do capitalismo, inicia-se, de fato, a ação operária no Brasil, contudo esse movimento era minoritário, afinal 80% da população brasileira habitava a zona rural (BATALHA, 2000, p. 14).

Devido à legislação proibitiva em relação à possibilidade de criação de sindicatos, a principal forma organização na Primeira República ocorreu através do mutualismo, essa forma associativa concedia auxílios em caso de doenças ou acidentes dos trabalhadores. O mutualismo existiu, no Brasil, em cidades de baixa concentração industrial e parca organização de operária (BATALHA, 2000, p.15; HARDMAN, 1991, p. 31). Mesmo surgindo em locais de pequena organização, o mutualismo verificou-se também como forma de associação dos negros escravizados e recém-libertos no Brasil, mostrando ser o foco organizativo do período (MATTOS, 2009, p. 23). O fim do mutualismo, como força majoritária no movimento sindical foi em decorrência da ascensão do anarcossindicalismo, isso no plano reivindicativo. No plano filantrópico, o mutualismo foi substituído, majoritariamente, por associações religiosas (HARDMAN, 1991, p. 33).

Após ser proclamada a república em 1889 e redigida sua constituição em 1891, surge, de fato, o sindicalismo operário brasileiro (BATALHA, 2000, p. 15). Há três categorias de sindicatos nesse período: **pluriprofissionais**, esse modelo sindical reunia operários de diferentes categorias. Além disso, esses sindicatos caracterizaram-se por surgirem em locais de trabalho com baixa qualificação e ofícios de precária organização (RODRIGUES, 2009, p. 11, grifo nosso); **sindicatos por ofício**, representava os trabalhadores por determinada profissão, foi o principal modelo de organização operária até o início do século XX, constituindo em seu seio os trabalhadores mais qualificados do período (BATALHA, 2000,

⁶ Entendemos o modo de produção como uma articulação da infraestrutura econômica e a superestrutura jurídico-política (leis, aparelho repressivo, etc) (BOITO JUNIOR, 2001, p. 79).

grifo nosso); **sindicatos por indústria**: implantando em locais onde não existiam sindicatos fortes, o motivo da inexistência de grandes sindicatos nesse ramo era em decorrência dos trabalhos de baixa qualificação, com atividades passíveis de alta rotatividade, como exemplo, os operários têxteis (BATALHA, 2000, pp. 16-18, grifo nosso).

A primeira instituição sindical brasileira de abrangência nacional foi a Confederação Operária Brasileira (COB), criada em 1906, atuando de forma descontínua até 1915. Importante ressaltar que a confederação não possuía uma dimensão nacional. Em seu primeiro congresso operário de 1906, seu campo majoritário pertencia ao anarcossindicalismo. A confederação reuniu os sindicatos pluriprofissionais, de ofício e por indústria, mostrando seu poder de abrangência em congregar todos os tipos de sindicato do período (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 268).

Os brasileiros manifestavam diversas clivagens no meio operário com relação aos projetos de sociedade, as cisões eram motivadas para saber quais dessas formas de atuação seriam melhores para os trabalhadores conseguirem atingir seus objetivos. Podemos destacar cinco correntes ideológicas na primeira república:

1 - **Os socialistas**, que eram, no geral, grupos locais de duração efêmera. Possuíam múltiplas divisões, pois os trabalhadores imigrantes, maioria ao aderir essa ideologia no Brasil, seguiam a linha do partido socialista ou comunista de sua nacionalidade (BATALHA, 2000, p. 22, grifo nosso). Esses socialistas não continham uma ideologia claramente marxista, no geral sofriam de grande influência de ideias utópicas (BANEIDERA; MELO; ANDRADE 1967, p. 152); 2 - **Os anarquistas**, difundidos a partir do século XIX através de periódicos de São Paulo (BATALHA, 2000, p. 23, grifo nosso). Tinham a greve como arma decisiva, além disso, buscavam a revolução para consolidar uma sociedade sem classes sociais e sem Estado (MATTOS, 2009, p. 48). Até o aparecimento do Partido Comunista do Brasil (PCB), os grupos anarquistas foram majoritários no movimento sindical brasileiro, os motivos para esse êxito ocorrem devido às debilidades dos socialistas em não conseguirem conquistar os anseios imediatos do povo naquele momento (BANDEIRA; MELO; ANDRADE, 1967, p. 150); De forma minoritária, encontravam-se outras correntes: 3 - **Os positivistas**, no qual buscavam melhores condições de trabalho, até aí não se diferenciavam das outras correntes, contudo, essa melhoria deveria ser resultado de apelos dos operários as autoridades. No geral os positivistas recusavam as greves como uma forma de luta (BATALHA, 2000, p. 26, grifo nosso); 4 - **O sindicalismo cooperativista**, esse grupo somente ganhou reconhecimento por se aliar ao PCB em 1923 propiciando um jornal de propaganda ao partido (BATALHA, 2000, p. 27, grifo nosso); 5 - a **corrente católica**, com um caráter antissocialista, os católicos

pretendiam uma harmonia entre trabalhadores e patrões. Sua prática de luta caracterizava-se meramente por pequenas denúncias dos maus tratos aos trabalhadores advindos industrialização (BATALHA, 2000. p. 28, grifo nosso).

Resumindo, a prática sindical na primeira república foi segmentada em duas frações: o sindicalismo de ação direta e o reformista (ou amarelos como eram chamados pejorativamente por seus inimigos). O sindicalismo de ação direta, comandado pelos anarquistas, possuía uma alta aspiração grevista. Esse sindicalismo rejeitava a política parlamentar, além de proibirem funcionários pagos nos sindicatos, demonstrando sua rejeição com a atividade política profissional (BATALHA, 2000, p. 28). Já o sindicalismo reformista, experimentava a greve como último recurso. Outro ponto de importância referente ao modelo sindical reformista consistiu na apreciação por parte desse sindicalismo da participação política institucional, chegando a lançar candidaturas para eleições legislativas (BATALHA 2000, p. 33).

Alguns anarcossindicalistas admirados com a Revolução Russa de 1917 e a fundação da III Internacional no ano de 1919 fundam, em 1922, o Partido Comunista do Brasil, organização transformadora dos rumos do sindicalismo nacional. O partido era centralizado e de abrangência nacional (embora não de forma imediata após sua criação). O PCB reuniu aspectos de ambos os sindicalismos, tanto o de ação direta, como o reformista, afinal não criminalizava a luta política profissional nas esferas institucionais, pois possuía claros objetivos de lançar candidatos nos parlamentos e nas direções sindicais. No quesito revolucionário o partido continha em seus princípios o viés revolucionário, visando uma revolução socialista. No Brasil, os comunistas possuíam uma diferença em relação aos europeus. Diferente do nosso país, na Europa, os partidos de orientação socialista e comunista, emergiram após a superação da socialdemocracia em seus países. Já caso nacional, com a inexistência de uma socialdemocracia consolidada, os comunistas surgem de grupos advindos do anarcossindicalismo (HARDMAN; LEONARDI, p. 283).

Após sua consolidação como partido político, o PCB passa conquistar sindicatos liderados pelos anarquistas que não aderiram ao seu partido, para realizar isso, uniam-se inclusive com setores reformistas do sindicalismo (BATALHA, 2000, p. 36). Em 1929, o partido cria sua própria central sindical, a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB). Além de garantir os objetivos imediatos, a central sindical também deveria organizar os trabalhadores para a revolução socialista (MATTOS, 2009, p. 51).

Como já salientado, o Brasil difere da Europa na forma de surgimento do sindicalismo. Nos países da Europa Ocidental os partidos socialistas dispunham de ampla base operária, possuindo influência tanto na vida tanto industrial, como cultural desses

trabalhadores (RODRIGUES, L 2009a, pp. 14-15). O PCB, de início, não logrou esse êxito, um dos motivos foi a baixa característica operária do país, pois era predominantemente agrário. Acrescido o fato da cultura de criminalização da criação dos sindicatos, advinda desde o século XIX, com isso, o PCB não teve outra escolha além de aglutinar o movimento mais avançado da época no sindicalismo brasileiro, o anarcossindicalismo.

Segundo Fausto (1977, p. 28), a grande oferta de trabalho nos centros urbanos diminuiu o alcance da luta operária no período, pois isso diminuía a consciência de exploração do período. Mesmo assim, podemos perceber o caráter altamente transformador dos setores hegemônicos do sindicalismo na Primeira República. Os dois principais setores do movimento operário eram socialistas e anarquistas, esses agrupamentos buscavam outro modelo de sociedade, e, para alcançá-lo, seria necessária uma ruptura revolucionária. Mesmo o país não possuindo uma classe operária numerosa, devido às particularidades do Brasil na Primeira República, os movimentos sindicais do período demonstraram lutar por uma revolução no modo de produção brasileiro, desejando um novo modelo de trabalho e sociedade.

Devido a diversas revoltas e movimentos dessa era, como a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, Revolta Paulista de 1924, a Coluna Prestes, bem como as pressões do movimento sindical, em conjunto, todos esses movimentos influenciarão para o fim da Primeira República. Com isso, o Brasil passa a ter um novo modelo de Estado resultante da “Revolução de 1930”, essa nova república caracterizar-se-ia por um Estado centralizado e um grande fomento a industrialização.

3.2 ESTRUTURA SINDICAL VARGUISTA E REPRESSÃO

Com o fim da Primeira República, Getúlio Vargas assume o poder em 1930, já no ano seguinte, muda à legislação sindical, criando a unicidade sindical. Desde então, a lei permite somente um sindicato por esfera de atuação. Esse primeiro governo de Vargas foi marcado por repressão aos grupos divergentes ao seu modelo administrativo.

A primeira fase do governo Vargas procede de sua chegada à presidência em 1930 até o ano de 1934. Em relação aos trabalhadores, essa etapa da administração caracterizou-se pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, desse ministério saíram às leis trabalhistas agrupadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (MATTOS, 2009, p. 63).

No tocante aos sindicatos, esse período destacou-se pelo corporativismo estatal. Exemplo máximo desse corporativismo em relação aos sindicatos materializou-se na criação

da estrutura sindical brasileira, isso significou o controle da participação política dos trabalhadores pelo Estado. A estrutura sindical é a somatória de um corpo de sindicatos oficiais através da unicidade⁷ sindical, a justiça do trabalho, além do imposto sindical (BOITO JUNIOR, 1991, p. 25). A adesão dos trabalhadores a essa estrutura ocorreu devido às dificuldades impostas pelo governo aos sindicatos autônomos. Desde os primórdios da estrutura sindical, somente os sindicatos oficiais, respaldados pelo Estado através do Ministério do Trabalho, possuíam direitos sociais outorgados, como as férias por exemplo. O governo não concedia tais benefícios ao movimento sindical autônomo. Mesmo com essas dificuldades, os anarcossindicalistas prosseguiram com seus sindicatos autônomos, mas caíram no isolamento devido essa postura (ARAUJO, 2002, pp. 48-49).

A base de apoio dos sindicatos Varguistas foram os sindicatos amarelos existentes desde a Primeira República. Do mesmo modo, os comunistas, a partir de 1933, tornam-se suporte do ideário sindical corporativista, decidindo atuar taticamente dentro desses sindicatos (ARAUJO, 2002, pp. 49-50). Foi somente após o apoio da esquerda, em especial dos comunistas, que a estrutura sindical, baseada no corporativismo fascista italiano, passa a ter uma eficácia real como instrumento de controle dos trabalhadores (WEFFORT, 1978, p. 71). Contrariando essa interpretação, Álvaro Moises (1978, p. 60), alega que a aceitação da estrutura sindical foi uma maneira da classe trabalhadora beneficiar-se da condição adversa vivida naquele período.

Mesmo assim, a estrutura sindical não foi benéfica para os trabalhadores, como aponta Moisés (1978), ela somente possuiu existência real devido à aceitação das esquerdas. Futuramente, como é o caso dos governos Gaspar Dutra, e o regime militar, essa estrutura será usada como instrumento de intervenção nos sindicatos. Um dos motivos para os comunistas tolerarem a estrutura sindical ocorreu em virtude da atitude ambígua do PCB em relação aos governos da época. O partido em certas ocasiões confiava no caráter progressista da burguesia nacional para uma revolução anti-imperialista e anti-feudal no Brasil, outrora a localizava a burguesia brasileira no mesmo nível do imperialismo estadunidense⁸.

⁷ Os termos podem criar confusão ao leitor, por isso esclarecemos, a unicidade sindical é o sindicato único imposto em lei. Já a unidade sindical é o sindicato único por vontade dos trabalhadores, sem a imposição legal do Estado (ROZICK, 1996, p. 94).

⁸ Para mais informações sobre as posições confusas do PCB do governo Vargas até o período da ditadura militar ver: GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada** (1987).

Todavia, mesmo com um caráter desmobilizador, o presidente Getúlio Vargas possuía grande apoio de parcelas da população na sua primeira fase da sua administração, principalmente os pobres. Na visão dos partidários de Getúlio, a justificativa para defendê-lo era devido à ampliação dos direitos trabalhistas realizadas sob o seu comando, esses setores imaginavam que com sua possível queda, perderiam tais benefícios⁹. Os direitos outorgados por Getúlio no período de 1931 a 1934 incluíam: limitação da jornada de trabalho, repouso semanal e criação da justiça do trabalho (FERREIRA, 2003).

Segundo Mattos (2009, pp. 69-70), a segunda etapa do governo Getúlio, iniciada em 1937, destacou-se por uma superior desmobilização dos trabalhadores. Na direção dos sindicatos, agora oficiais, devido ao modelo da unicidade, são promovidos no nível de dirigente, somente os sindicalistas pelegos em concordância com o governo.

Nesse segundo período do governo varguista é criado o Estado Novo. O Estado Novo foi um golpe através da elaboração de uma nova constituição em 1937, excluindo os partidos políticos, realizando o fechamento do congresso nacional e utilizando instrumentos como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) para a repressão, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para promover eventos do governo, bem como censurar seus adversários políticos.

O pretexto alegado para o golpe foi devido à possibilidade de um levante socialista no país. O plano foi divulgado através de um documento de tomada de poder, apreendido pelas forças armadas que fora atribuído à Internacional Comunista. Essa perspectiva foi atribuída a um judeu, chamado Cohen, daí a criação do Plano Cohen para defender a nação de supostos perigos externos. O tal “plano”, quando divulgado, supunha que estava na iminência de ocorrer um levante socialista no país.

Esse golpe não foi planejado de forma abrupta, foi construído lentamente, era a consolidação de um processo repressivo para promover a continuidade de Vargas no poder, evitando as eleições previstas para o ano de 1938. A prerrogativa para essas atitudes foi o Levante Comunista de 1935. A tentativa insurrecional de 1935, realizada pelo PCB, acabou sendo um pretexto de fundo para o golpe. Com o Estado novo, o país passou a dispor do

⁹ Importante ressaltar, devido à alta mobilização operária desde a Primeira República, os trabalhadores já possuíam determinados direitos conquistados. Já no início de 1919 o governo brasileiro promulgou o decreto 3.724, regulando as obrigações resultantes dos acidentes de trabalho. Mas isso não bastou para acalmar o operariado brasileiro, surgindo greves nos principais centros do país. Segundo documentos da época, os trabalhadores solicitavam 30% de aumento salarial, bem como pagamento igualitário para homens e mulheres (MORAES FILHO, 1978, p. 199). Outro exemplo de conquista dos trabalhadores ocorre no governo Arthur Bernardes, em 1923, através da Lei Eloy Chaves, no qual algumas categorias de trabalhadores como comerciários e ferroviários desfrutaram de direitos como férias, aposentadorias e pensões (BATALHA, 2000, pp. 59-60).

Tribunal de Segurança Nacional (TSN), instância criada com o objetivo de julgar os crimes contra a nação. Realizou-se também a queima das bandeiras estaduais indicando o novo caráter unitário do novo Estado. A partir disso, diversos parlamentares foram exilados, outros saíram do país com intuito de evitar a prisão. Somado a isso, o comunismo foi considerado o principal inimigo da pátria (CELINA, 2000).

O primeiro governo Vargas, conhecido como o pioneiro na consagração dos direitos trabalhistas, revelou-se na verdade, repressor dos trabalhadores, criando uma estrutura que viria a ser utilizada pelos seus sucessores para conter o movimento sindical. Salientamos que, os direitos percebidos como benevolência de Vargas, somente foram concedidos devido à alta mobilização já existente na República Velha. Contudo, esses benefícios foram outorgados por Getúlio somente aos trabalhadores urbanos, minoria populacional no período. Ao fim do seu governo, Getúlio Vargas apoia Eurico Gaspar Dutra como seu sucessor em 1946¹⁰.

3.3 REPRESSÃO ACENTUADA NO GOVERNO DUTRA

A administração de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), caracterizou-se por uma maior repressão aos trabalhadores em comparação ao governo Getúlio Vargas. Esse governo também se evidenciou pelo seu forte caráter anticomunista.

Nesse período, a administração do general Gaspar Dutra cassou o mandato dos deputados do PCB em 1947, colocando o partido na ilegalidade, outrossim, o Brasil rompe as relações com a União Soviética.

Através do Ministério do Trabalho, diversos comunistas atuantes na estrutura sindical foram presos (FAUSTO, 2006; MOISÉS, 1978, p. 65). Durante esse governo, em Março de 1946 foi prescrito o Decreto-Lei 9.070, regulamentado o direito de greve. Embora usasse o motivo da regulamentação, esse regimento foi usado para proibir as greves do período¹¹. Essa legislação grevista permaneceu até a ditadura militar. A partir das medidas repressivas de

¹⁰ No ínterim do governo Vargas e Dutra, José Linhares assume a presidência. Devido a inexistência de vice-presidente no período do Estado-novo, Linhares assume por convocação das forças armadas. Não temos grandes informações relativas ao caráter desse parco governo de 94 dias em relação aos trabalhadores, por isso decidimos não mencionar as ações desse curto período.

¹¹ Esse decreto era referente as greves, proibindo as para atividades essenciais. No entanto, praticamente todas atividades se enquadravam nesse quesito: [...]”São consideradas fundamentais, para os fins desta lei, as atividades profissionais desempenhadas nos serviços de água, energia, fontes de energia, iluminação, gás, esgotos, comunicações, transportes, carga e descarga; nos estabelecimentos de venda de utilidade ou gêneros essenciais à vida das populações; nos matadouros; na lavoura e na pecuária; nos colégios, escolas, bancos, farmácias, drogarias, hospitais e serviços funerários; nas indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional”. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De19070.htm>. Acesso em: 10/12/2017.

Dutra, os comunistas mudam sua política de apoio ao governo deslocando-se para oposição. (MOISÉS, 1978, p. 75; WEFFORT, 1978, p. 92). Como evidência da repressão do governo Dutra, havia a exigência de um atestado de ideologia, para comprovar se os candidatos as direções sindicais possuíam ou não afeições para a ideologia comunista (MATOS, 2009, p. 86).

Os trabalhadores no período Dutra sofreram diversos reveses, o caráter anticomunista do governo foi usado para reprimir os trabalhadores de forma superior em comparação ao governo Vargas. O repressivo governo Dutra abre espaço para a volta de Getúlio Vargas, agora sob a via eleitoral, estabelecendo uma nova fase no sindicalismo brasileiro.

3.4 A VOLTA DE VARGAS E O INÍCIO DO POPULISMO SINDICAL

Esse capítulo abordará uma nova fase no movimento sindical brasileiro, considerada como a era do “populismo sindical”. Esse estágio do sindicalismo brasileiro decorre do início¹² do governo Getúlio Vargas até o fim do governo João Goulart.

O retorno de Vargas ao governo em 1951 é considerado como o início do populismo sindical. Mesmo com a montagem da estrutura sindical, criada no ano de 1931, Getúlio apenas consegue apoio sindical, efetivamente, em seu segundo governo (WEFFORT, 1973, p. 68).

O movimento sindical populista é fenômeno de formação recente na história brasileira. Só começa a tomar corpo em inícios dos anos 50, e só a partir da segunda metade desta década chega a definir-se plenamente. É a partir dos anos 50, portanto, que se podem perceber mais claramente suas características: no plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes: no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas “organizações paralelas”, formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice da Estrutura do Estado; no plano político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros populistas fiéis à tradição de Vargas. O sindicalismo populista atingirá o ponto máximo de seu desenvolvimento nos anos 60 na linha de uma aproximação e subordinação crescentes ao regime populista. Em 1964, esse sindicalismo entra em crise para finalmente desaparecer com o regime político ao qual associara o seu destino (WEFFORT, 1973, p. 67).

Durante o governo de Getúlio, em Março de 1953, explode a “Greve dos 300 mil” com duração de vinte e nove dias, exigindo aumento salarial de 60%. Mesmo antes de decretada pelos sindicatos, grupos autônomos iniciam o movimento, mostrando que o alto

descontentamento dos trabalhadores da época, era elevado no nível de gerar protestos espontâneos (MOISÉS, 1978, p. 82). Algumas categorias, como os trabalhadores gráficos, conseguiram aumento de até 70% após a greve. Além disso, o movimento garantiu a liberdade de presos políticos, criou um comando intersindical, além de ser o principal motivo para a troca do ministro do trabalho dois meses depois (a pasta seria conduzida futuramente por João Goulart) (MOISÉS, 1978, pp. 90-91).

Como reflexo do avanço do movimento operário, a presidência encerra a exigência do atestado de ideologia, até então imposto aos candidatos nas eleições das direções sindicais. Houve também concessões de benefícios através da Lei 1.711 de Outubro de 1952, nela Vargas outorgou direitos como: férias de 30 dias, gratificações e estabilidade após dois anos no serviço para os funcionários públicos (BARSTED, 1982, p. 54). Devido à intensa pressão de seus opositores,¹³ Vargas se suicida. Após o suicídio de Getúlio Vargas, inicia-se uma crise do bloco golpista da imprensa e de partidos como a União Democrática Nacional (UDN) em consequências das imensas manifestações em apoio ao antigo presidente.

Posteriormente ao suicídio de Getúlio Vargas, o país viveu sob o comando de presidentes interinos (respectivamente: Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos) até a chegada de Juscelino Kubitschek à presidência em 1956.

No governo de Juscelino Kubitschek, não houve grandes conturbações¹⁴, sendo o único governo civil, até esse período, a completar seu mandato. Durante seu governo existiram quatro frações principais no sindicalismo:

[...] os católicos, reunidos nos círculos operários; b) os autodenominados “renovadores”, em geral de esquerda, mas críticos do PCB; c) os dirigentes que se identificavam como “nacionalistas”, que reuniam, grosso modo, os comunistas e trabalhistas de esquerda; e d) os que se proclamavam sindicalistas “democráticos”, que se identificavam pelo anterior controle dos órgãos de cúpula da estrutura sindical. (MATTOS, 2009, p. 92).

¹³ A derrubada de Getúlio Vargas sofreu forte influência do imperialismo estadunidense. Após a II Guerra Mundial os Estados Unidos buscam minar os governos nacionalistas na América Latina. Tomamos como exemplo a influência do embaixador Spuriel Braden na Argentina para interferir na eleição de Perón em 1946. E Adolf Berle Junior no Brasil, para a derrubada de Vargas em 1945 e no seu retorno em 1950. Berle também atuaria na fase embrionária do programa anticomunista denominado “Aliança Para o Progresso” com objetivo de isolar Cuba. Para mais informações sobre a Aliança para o progresso, bem como seu caráter anticomunista ver: Silva, (2008). Outros fatores importantes: Getúlio em sua carta-testamento aborda que em seu governo diminuiu o lucro das empresas estrangeiras, bem como, as dificuldades para as nacionalizações devido a pressão imperialista. Após seu suicídio, a população em revolta tenta invadir a embaixada estadunidense, vista como principal articuladora do golpe para derrubar Vargas.

¹⁴ Nesse governo existiram os movimentos militares de Jacareacanga e Aragarças. A revolta de Jacareacanga não logrou êxito em impedir o presidente de assumir o cargo. A revolta de Aragarças também fracassou na tentativa de derrubá-lo enquanto estava no comando da presidência.

Juscelino não pôde disputar a eleição de 1960 devido à Constituição de 1946 ser impeditiva de mandato subsequente por um mesmo presidente, desse modo, seu foco eram as eleições de 1965 (não ocorridas devido ao golpe militar de 1964). Mesmo com desacordos entre ambos partidos, devido rupturas em diversos Estados, o Partido Social Democrático (PSD) lançou candidato Henrique Lott em aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Mas nessa eleição venceu o Partido Trabalhista Nacional (PTN), com Jânio Quadros para presidente e Jango de vice. Com a vitória de Jânio a oposição rompia com hegemonia do PSD (MOTTA, 2002). Vale lembrar que nessa eleição, presidente e vice-presidente eram eleitos de forma independente, não necessariamente fazendo parte da mesma chapa.

Com a nomeação de Jânio Quadros, o bloco oposicionista, comandado pela UDN, observou em seu mandato, a solução para os problemas do país, agravados, na visão desse setor, devido às sucessivas vitórias do PSD. Contudo, a UDN não teve muito tempo para comemorar, pois um dos seus principais líderes, Carlos Lacerda, rompe com Jânio Quadros, e, o então presidente, renúncia seu cargo. Mas o motivo principal da saída de Jânio do governo era que, na visão do então presidente, o povo clamaria por sua volta, fato não ocorrido (D'ARAUJO; CASTRO, 2004).

Após o abandono do cargo por Jânio, assume Ranieri Mazzilli, depois de ser constituída uma junta militar culminando na emenda constitutiva do parlamentarismo no Brasil. O modelo parlamentar tinha propósito de impossibilitar a entrada de João Goulart a presidência da república. A resistência ao parlamentarismo foi feita através da “Campanha da Legalidade”, liderada por Leonel Brizola, culminando na realização de um plebiscito para definir a forma de governo. A população brasileira decidiu no plebiscito pelo presidencialismo como modelo de governo, através disso, João Goulart volta como presidente em Setembro de 1961 (D'ARAUJO; CASTRO, 2004).

Com Jango no poder, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), central aglutinadora do PCB e PTB, além de barganhar as reivindicações imediatas dos trabalhadores como salários e melhores condições de trabalho, buscava intervir na vida política do país tencionando o governo mais à esquerda. As propostas da central sindical dividiam-se em três principais eixos: **condições de trabalho**, atuando em defesa da lei de seis horas e uma fiscalização para garantia das leis trabalhistas; **problemas políticos nacionais**: ambicionavam uma reforma agrária, fiscal e bancária, revogação do Decreto 9.070 de Dutra; o terceiro aspecto era a **defesa da previdência social**. Como vemos, O CGT possuía propostas arrojadas, um dos exemplos é a jornada de trabalho de seis horas, mas esse projeto era

impossível ser conquistado com aquele modelo de governo, devido aos seus limites de correlação de força¹⁵ (NEVES, 1981, pp. 104-105).

Durante esse governo há uma superação da “greve dos 300 mil” ocorrida no governo Vargas. Em Outubro de 1963, na cidade de São Paulo, ocorre a “greve dos 700 mil” exigindo reajuste salarial de 100%, com revisão quadrimestral desse salário posterior a greve, além disso, o movimento fitava a unificação das datas-bases de diversas categorias profissionais. Ao todo a greve atingiu 700 mil trabalhadores de 14 categorias profissionais com 79 sindicatos em seu conjunto. Os grevistas saíram com grande força da greve conseguindo 80% de aumento salarial com proposta de reajuste de 25% nos seis meses posteriores (LEITE; SÓLIS, 1978)

Jango, desde sua chegada à pasta do Ministério do Trabalho do governo Getúlio Vargas, possuía grande afinidade com o movimento sindical por ser atencioso com as reivindicações dos trabalhadores. No período em que foi ministro, outorgou um aumento de 100% do salário mínimo aos trabalhadores, daí a preocupação dos setores dominantes com uma eventual revolução socialista no país ou a criação de uma "República Sindicalista". Mesmo realizando um governo com medidas típicas dos nacionalistas da época, como nacionalizações e aumentos salariais, Jango sofreu diversas acusações de comunista, mesmo a alegação sendo falsa, existiram diversos motivos para setores da burguesia buscarem pôr fim ao seu governo.

As limitações das remessas de royalties forçaram as companhias multinacionais a fazer exatamente o que haviam evitado durante os períodos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, ou seja, investir capital no país pelo fato de terem de reinvestir seus próprios lucros. A administração de João Goulart tentou também conseguir o monopólio estatal da importação de petróleo e desapropriar as cinco refinarias privadas do Brasil, assim como rever as concessões de mineração dadas às corporações multinacionais. Na frente trabalhista, tentou reajustar estabelecendo uma política de controle de preços e supervisionar a distribuição dos bens básicos de consumo. Essa reforma visou a desapropriação, com compensação prévia e efetiva, de áreas não cultivadas localizadas a curta distância de ferrovias e rodovias. O governo objetivou também controlar e limitar o redesconto bancário, junto a outras medidas para combater a especulação financeira; quanto à dívida externa o governo objetivou reescalonar o seu pagamento renegociando com os países credores. Tais medidas forçaram a comunidade financeira dos Estados Unidos a aceitar as mesmas condições que os credores europeus [...] (DREIFUSS, 1981, p. 132).

¹⁵ O governo de João Goulart, embora fosse inclinado à esquerda, possuindo determinadas medidas mais avançadas que alguns governos populistas, sofria diversas críticas por ser tímido nas reformas. Após a sua volta como presidente, diversos grupos de esquerda acreditavam que Goulart intensificaria as reformas de base, o que não ocorreu. O então ministro da fazenda de Goulart, San Tiago Dantas, visava minar os grupos revolucionários do período, pois em sua visão, esses agrupamentos não ajudavam o país a recuperar-se da crise inflacionária vivida no período (LEITE; SÓLIS 1978, p. 119).

Com discordâncias de setores da burguesia ligados ao imperialismo e do alto comando militar, Jango sofre um golpe, sendo destituído do poder. No dia do golpe, o CGT desvelou-se em fazer uma greve geral em defesa do governo, não obtendo êxito, pois os telégrafos foram bloqueados, evitando a comunicação entre os sindicatos, além de que, muitos dirigentes sindicais foram presos em operações militares ocorridas semanas antes. O golpe de 1 de Abril de 1964 foi a cristalização de uma jogada planejada com meses de antecedência (DREIFUSS, 1981, p. 318).

O populismo sindical, mesmo em seu auge, existiu como um movimento ambíguo. Logrou êxitos em virtude de seu apoio aos governos, conquistando façanhas como a “Greve dos 300 mil”, bem como a “Greve dos 700 mil”. Entretanto, não podemos ignorar suas debilidades. O CGT não conseguiu levar os governos populistas a uma direção mais à esquerda, tampouco impedir o golpe de Estado, pois desconsideravam a movimentação golpista do período.

Mesmo com bases sociais do PCB e PTB, o movimento sindical da época fez escolhas erradas devido à linha confusa desses partidos, afinal, além de minimizarem o poder dos golpistas desde o segundo governo Vargas, não realizaram uma resistência após o decreto de golpe por parte dos militares.

Com o golpe de Estado, encerra-se o período do populismo sindical, acentuando-se a repressão aos trabalhadores no regime militar.

3.5 DITADURA MILITAR E REPRESSÃO AOS TRABALHADORES

Com o golpe de 1964, os militares assumem o poder com Castelo Branco na presidência da república. A partir desse momento, as esquerdas, mesmo quem não optou pela luta armada, como foi o caso da maioria dos sindicalistas, sofreram brutal repressão, sendo alvo de investigações e torturas por parte do Estado.

Há três períodos da ditadura militar: o primeiro vai de 1964 até o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Esse estágio é identificado por torturas e assassinatos de caráter não-oficial; o segundo período foi do (AI-5) até 1974, quando torturas e assassinatos tornaram-se política oficial por parte do Estado. Alguns definem a segunda fase até 1976, devido ao “Massacre da Lapa” quando o regime assassinou os líderes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) após a guerrilha do Araguaia; o terceiro estágio ocorre de 1975 adiante até a crise do regime militar e as pressões de setores da sociedade para pôr fim ao regime. (JOFILY, 2014).

O governo militar aproveitou-se da estrutura repressiva já instalada por seus antecessores. O Ministério do Trabalho entrevistou, de início, em 433 entidades sindicais, também iniciou a política de “renovação sindical” impondo a suas burocracias a mediação de conflitos, obrigando os sindicatos a cooperar com o governo. Através disso, muitos sindicatos foram criados na lógica do corporativismo de Estado, são os chamados sindicatos-fantasmas. Também houve, por parte dos militares, treinamento de novos líderes sindicais para frearem o movimento reivindicativo dos trabalhadores (MOREIRA ALVES, 2005; MATTOS, 2009, p. 101).

Em Osasco, a cooptação sindical não obteve êxito, a oposição católica estimulou o enfrentamento dos trabalhadores ao sindicalismo pelego da ditadura, a partir daí, surgiram às comissões de fábrica. No caso de Osasco, há uma peculiaridade interessante: nessa cidade, grande parte dos trabalhadores estudava a noite em uma escola secundária local, naquele ambiente o movimento estudantil os influenciou fortemente. O novo sindicato presidido por José Ibrahim, em Osasco, implementou comissões de fábrica conscientizando os trabalhadores da base, com isso, logo a base pressionou pela realização da greve e a direção acatou. No segundo dia de greve, o Ministério do Trabalho interveio no sindicato afastando os dirigentes eleitos, dias após, a fábrica foi invadida por policiais (MOREIRA ALVES, 2005).

Somado a repressão, a ditadura também retirou direitos dos trabalhadores conquistados nos períodos anteriores. Acabou com a estabilidade no emprego dos trabalhadores ao atingirem dez anos de serviço, em substituição a isso, em 1966 foi instaurado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), um fundo de pagamento para a rescisão de contrato, facilitando as demissões. Após sua oficialização, passou a existir uma alta rotatividade nos trabalhos, isso pressionou os salários em níveis mais baixos, diminuindo as reivindicações sociais (DREIFUSS, 1981, pp. 439-440; PASSANHA, 2014, p. 17).

Esse sistema de governo ditatorial, após seu sucesso no enfraquecimento sindical e dos respectivos agrupamentos de esquerda, se esfacelaria devido as repressões expostas a sociedade, crise econômica e perda de apoio de setores da burguesia brasileira.

3.6 CRISE DA DITADURA E EMERGÊNCIA DO NOVO SINDICALISMO

Ao longo da década de 1970 e 1980 a ditadura militar brasileira entrou em crise. Um aspecto desse colapso foi devido o atentado fracassado do Riocentro, realizado pelos militares

linha-dura¹⁶ somado a midiaticização das mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho realizadas pelos próprios militares, demonstrando ao grande público a característica repressiva do regime.

Acrescenta-se também os choques do petróleo ocorridos 1973 e 1979, bem como, o aumento inflacionário, em 1979, realizado por Paul Volcker, chefe do Banco Central dos Estados Unidos na época, causando um enorme crescimento da dívida pública nos países subdesenvolvidos. Devido o Brasil ser grande solicitante de empréstimos aos países estrangeiros, a alteração na política de juros estadunidense, aumentou a dívida brasileira. Conjuntamente a esses fatores, no campo político houve uma grande votação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1974 nas eleições para o cargo de senador e a erupção do “novo sindicalismo¹⁷”.

Em meio essa crise, ocorre o Primeiro Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, realizado em 1974, exibindo uma plataforma pleiteando reposição da política salarial. Após a subida de Lula à presidência do sindicato em 1975, a nova diretoria passa a enfatizar o trabalho de base, absorvendo e esvaziando a oposição sindical desse sindicato (SADER, 1988, p. 181).

Nesse contexto de avanço do movimento dos trabalhadores, inicia-se uma jornada de greves. A motivação principal para as greves foi à manipulação de cálculo nos valores da inflação, admitido pelo próprio governo ditatorial em 1977. Os operários, desde 1973, vinham exigindo recomposição salarial, essa luta intensificou-se após a divulgação da manipulação de dados inflacionários por parte do regime militar através de uma agência internacional. Dessarte, o sindicato solicitou um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para averiguar a manipulação. Após a análise, o organismo afirmou ser necessário aumento de 34% para compensar as manipulações inflacionárias ocorridas nos anos de 1973 e 1974. A partir disso, os dirigentes do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo iniciam uma forte campanha para reposição salarial transformando-se em uma explosão de greves no ABC Paulista (RODRIGUES, I., 1980, pp. 154-155; ZANETTI, 1993, p. 12).

¹⁶ Segundo (Velasco e Cruz; Martins, 1983, p. 13), existiam quatro tendências militares no período da ditadura [...] “os sorbonistas, a linha dura, os nacionalistas de direita e as chefias que se impõem em nome da unidade e do princípio burocrático constitutivo da corporação”. O atentado realizado pela linha-dura tinha objetivo de culpar as esquerdas pela explosão com finalidade de provocar uma opinião favorável a um maior endurecimento do regime. Nesse momento o país presidido por João Figueiredo da ala “sorbornista” que estava promovendo uma liberalização do regime

¹⁷ Para mais informações sobre a crise político-econômica e ideológica nos governos militares ver: SALLUM JÚNIOR, Brasília. **Labirintos: dos generais à Nova República**. Hucitec, 1997.

Em 1979, a oposição sindical do sindicato dos metalúrgicos convoca o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS). Esse encontro reuniu as oposições sindicais de dez Estados brasileiros, culminando no Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), realizado em setembro de 1980, na cidade de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. O encontro trouxe mais setores além das oposições sindicais, tais como as diretorias sindicais combativas, comandos de greve e sindicalistas liderados por Lula. Esse último fato afastou a “Unidade Sindical” compostas pelos comunistas (RODRIGUES, L., 1991, p. 25).

Ainda em grande movimentação, os trabalhadores realizam o encontro de João Monlevade, em Minas Gerais, ocorrido em 1980. Essa reunião é a caracterização inicial das mudanças dos rumos no sindicalismo brasileiro, pois agrupou militantes católicos das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), oposições sindicais e os mais variados movimentos populares. Apesar disso, esse primeiro encontro não continha propostas radicais de cunho socialista, no geral eram propostas genéricas como uma sociedade controlada pelos trabalhadores (RODRIGUES, L., 1991, pp. 17-18).

Posteriormente a reunião em Minas Gerais, realiza-se o encontro de São Bernardo do Campo¹⁸. Essa reunião já possui um caráter mais radical, defendendo o direito pela terra, e alertando para uma mobilização dos trabalhadores por fora da estrutura parlamentar. Em 1981, ocorre o encontro na cidade de Vitória, com a presença de delegados de 18 Estados brasileiros. Nesse evento foi aprovada a proposta de reforma agrária, greve geral envolvendo demais setores além do movimento sindical, o retorno da estabilidade no emprego privado e o fim da estrutura sindical. No ano seguinte é formada a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (ANAMPOS), com reunião realizada em 1982. O encontro foi convocado para evitar adiamentos da proposta da criação da Central Única dos Trabalhadores (RODRIGUES, L., 1991).

É desse conjunto de manifestações que surge o chamado “novo sindicalismo”. O novo sindicalismo é parte de um movimento caracterizado pela busca das reivindicações imediatas da classe trabalhadora, uma maior proximidade com suas bases e a crítica da estrutura sindical corporativa criada em 1931 (SANTANA, 1998, p. 27).

O novo sindicalismo é composto grupos advindos das dissidências dos Partidos Comunistas, críticos dos movimentos armados combatentes durante o regime militar; as mais

¹⁸ A reunião na verdade ocorreu na cidade de Taboão da Serra, pois o sindicato de São Bernardo estava sob intervenção, mesmo assim o encontro manteve o nome da cidade, sendo assim descrito majoritariamente na bibliografia sobre o assunto.

variadas tendências trotskistas; e os movimentos da Igreja inspirados na teologia da libertação (ZANETTI, 1991, p. 15). Importante ressaltar, o “novo sindicalismo” tinha propostas diferente do “velho” sindicalismo:

[...] Grosso modo, podemos caracterizar dois blocos: de um lado, os chamados sindicalistas autênticos reunidos em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC, agregando sindicalistas de diversas categorias e partes do País, os quais, com os grupos integrantes das chamadas Oposições Sindicais, compunham o autodenominado bloco combativo de outro, a Unidade Sindical que agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, muitos deles vinculados aos setores denominados pelegos, e os militantes de setores da esquerda, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Estes dois blocos seriam as bases de sustentação dos organismos intersindicais de cúpula. O primeiro, da criação da CUT; e o segundo, da CONCLAT. (SANTANA, 1998, p. 21)

Uma temática discordante desses setores foi referente a estrutura sindical. O bloco da “Unidade Sindical” contrariava a convenção 87¹⁹ da Organização Internacional do Trabalho (OIT), defensora da liberdade de organização sindical. Já o bloco dos “Autênticos” defendia a convecção da OIT, bem como uma ruptura total com a estrutura sindical corporativa (NUNES, 1998, p. 292).

As divergências elevaram-se também na concepção de combate à ditadura militar. O bloco dos Autênticos/combativos buscava uma ruptura com o regime, sendo o Partido dos Trabalhadores (PT) a expressão dessa mudança. Já o bloco dos pelegos do “velho” sindicalismo almejava um processo sem rupturas, uma luta “por dentro” do regime militar com a participação de amplos setores da sociedade (SANTANA, 1998, p. 22).

Marco Aurélio Santana (1998) é crítico da visão de Weffort (1978), possuidor de uma interpretação conspectiva dividindo totalmente as práticas do velho e do novo sindicalismo. Santana (1998), também rejeita a ideia de falta de bases sociais do “velho” sindicalismo descrita por Francisco Weffort em seu estudo sobre o sindicalismo populista. Em nosso ponto de vista, a ruptura, mesmo não sendo em todos os aspectos, (afinal, o movimento dos trabalhadores brasileiro não avançou tanto no momento, além de continuar com pautas ainda a serem conquistadas) é clara em diversos pontos. A própria forma de lutar contra a ditadura ratifica isso, o processo de criação da CUT (no qual falaremos no próximo capítulo) e do PT é

¹⁹ Afirma a convenção[...] Art. 2 — Os trabalhadores e os empregadores, sem distinção de qualquer espécie, terão direito de constituir, sem autorização prévia, organizações de sua escolha, bem como o direito de se filiar a essas organizações, sob a única condição de se conformar com os estatutos das mesmas. Disponível em:< <http://www.oitbrasil.org.br/content/liberdade-sindical-e-prote%C3%A7%C3%A3o-ao-direito-de-sindicaliza%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 05/06/2017.

outro aspecto. A concepção de partido e movimento social demonstra ser mais um fator de diferenciação desses setores.

O novo sindicalismo é produto de uma nova concepção organizacional do movimento de trabalhadores brasileiros para seguir a luta social, em contraposição aos antigos Partidos Comunistas, sejam eles representados no “velho” sindicalismo ou encaixados na Unidade Sindical. É o novo sindicalismo que criará uma nova força social no Brasil, a Central Única dos trabalhadores.

4 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CUT

Com todo o acúmulo de propostas do novo sindicalismo como ENTOES, ANAMPOS e os congressos das Oposições Sindicais, surge a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), posteriormente emerge a CUT demonstrando o avanço sindical brasileiro na década 1980, tencionando para fim do decadente regime militar.

Mesmo com as diferenças entre as tendências políticas, todas participaram da 1ª Conferência da CONCLAT, em Agosto de 1981, na Praia Grande, em São Paulo, com a presença de 5.059 delegados. Nesse congresso foi criada a Comissão Nacional Pro-Cut, encarregada de realizar outro congresso no ano seguinte com a finalidade de estabelecer uma nova central sindical (NUNES, 1998, p. 293).

Segundo Leôncio Martins Rodrigues (1991, grifos nosso), existiram quatro tendências na CONCLAT: 1 – **Unidade Sindical**: agrupava PCB, PCdoB e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Pregava a aliança com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para a transição democrática brasileira. Esse segmento era contrário à Convenção 87 da OIT. 2 – **Os autênticos²⁰/combativos**. Grupo de sindicalistas que envolveram-se em conflitos contra o Ministério do Trabalho devido a radicalidade das suas greves nos fins dos anos 1970, por causa disso, diversos sindicatos pertencentes ao grupo dos combativos sofreu com intervenção policial e prisão de seus líderes. Lula é a maior expressão desse sindicalismo; 3 – **As oposições sindicais**: corrente composta por trabalhadores contrários as suas direções pelegas. O fato diferenciador dessa corrente para o bloco dos autênticos era a valorização da comissão de fábrica. A explicação disso é à composição de correntes

²⁰ Os Autênticos ganharam esse nome devido sua postura no V Congresso Nacional dos Trabalhadores da Indústria em 1978. Esse setor foi responsável por confusões nesse congresso, criticando veementemente os “velhos” dirigentes sindicais, daí essa designação por parte dos “velhos” a esse setor. (Rodrigues, I., 1997, p. 91).

“obreiristas” nessa fração sindical. Diferentemente das oposições, os autênticos privilegiavam a valorização do delegado sindical, suas comissões de fábrica, caso existentes, deveriam subordinadas a esse delegado. 4: **esquerda revolucionária**: agrupava tendências próximas a um sindicalismo revolucionário, mas diferente dos partidos comunistas da época, pregavam a revolução sem aliança com a burguesia ou etapas, e sim, de forma imediata.

A Comissão Pró-CUT demonstrou dificuldade de implementação, pois a ala dos “combativos”, grupo que propusera a ideia de criação de uma nova central, não era majoritária na executiva da CONCLAT. A justificativa da fração dominante, composta pela Unidade Sindical, foi a de que, no ano de 1982 existiriam eleições e isso afetaria o debate da criação de uma nova central. Existiam outras divergências entre esses dois blocos, como a convocação para a greve geral no ano de 1983, bem como os diferentes pontos de vista relativos às finalidades de uma central sindical na sociedade capitalista. Percebendo a impossibilidade de superação de todas essas desavenças, o bloco combativo convocou para o ano de 1983, um primeiro congresso para formação da CUT (LADOSKY; VERÁS DE OLIVEIRA, 2015, p. 153).

É importante frisar que os blocos sindicais divergentes já estavam divididos partidariamente. O grupo favorável à criação da CUT, além da integração com todos os novos movimentos sindicais surgidos a partir da crise da ditadura, já participava da criação do Partido dos Trabalhadores, criado em 1980. Esse movimento nasceu em discordâncias com o peleguismo sindical, avistando na Unidade Sindical, setor majoritário na CONCLAT, a expressão do velho sindicalismo, por isso a motivação da formação da CUT (MATTOS, 2009, p. 123). O racha da CUT com a CONCLAT ocorreu por questões pontuais, sendo importante para o avanço do movimento sindical.

A divisão, neste setor mais progressista do movimento sindical, que se consolidaria com a criação da CUT, segundo nossa avaliação, representou um avanço, evitou a paralização e dinamizou, ainda mais, o movimento. Sob este prisma, o chamado “racha”, foi, em termos de movimento, um passo “necessário”, conferindo maior clareza às posições. A manutenção da unidade do movimento teria sido uma decisão artificial, sem condições de sustentar a implantação de um sindicalismo novo e estável (ZANETTI, 1993, p. 82).

A CUT, após sua criação, passou a operar em dois eixos: a perspectiva salarial lutando pelos problemas imediatos dos trabalhadores, tais como a exploração do trabalho e a política econômica do então decadente regime militar; a outra perspectiva de luta da central sindical após sua criação foi o viés político-nacional. Nesse quesito, destacam-se as participações da

central sindical nas greves gerais de 1983, a crítica à estrutura sindical corporativa e a depreciação do modelo de país constituído através da “Nova República” (ANTUNES, 1995, p. 31).

A fundação da CUT demonstrou o desejo de sindicalistas e da população brasileira em um novo movimento sindical para conquistar seus direitos, avançando na luta política dos trabalhadores brasileiros. Já constituída, a Central Única dos Trabalhadores definiria seu rumo através das resoluções de seus congressos.

4.1 1º CONGRESSO

O primeiro congresso da CUT foi realizado no ano de 1984 nos dias 24, 25, 26 de agosto, em São Bernardo do Campo, com participação de 937 entidades sindicais (COSTA, 1995, p. 91; RODRIGUES, I., 1997, p. 100). O país estava em um contexto de uma maior liberalização do regime militar e de grande mobilização pelas “Diretas Já²¹”.

A CUT inicia o documento do seu primeiro congresso com uma autocrítica sobre a forma de realização da greve geral de 1983. Em sua avaliação foi um equívoco desmarcar a greve, além disso, a greve deveria ter um enfoque mais político que econômico política (RODRIGUES, I., 1997, p. 103). Da mesma forma, a central manifestou sua desaprovação ao afirmar que a “[...] O Plano de Lutas não foi discutido nas bases, através de assembleias e encontros por categorias” (CUT, 1984, p. 4).

Foi um erro ter marcado e desmarcado a data para a Greve Geral. No dia 25 de outubro, a CUT reduziu a luta dos trabalhadores a questões econômicas – contra o decreto 2045. Perdeu a grande oportunidade de politizá-la, no sentido do enfrentamento com o regime para derrubá-lo (CUT, 1984, p.2).

Em sua plataforma de lutas, a CUT (1984, p.13) defendia o “não pagamento da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), revogação da Lei de Segurança Nacional, fim do arrocho salarial e direito ampliado de organização partidária”. Outros temas também aprovados no congresso foram: boicote ao colégio eleitoral, reforma agrária sob o controle

²¹ As “Diretas Já” foram protestos para pressionar o congresso devido à criação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983 concebida pelo então deputado do PMDB, Dante de Oliveira prevendo eleições diretas para presidente no ano de 1985. A emenda ficou conhecida como “Emenda Dante”. Mesmo após intensa mobilização a PEC foi derrotada no congresso, não chegando sequer a votação no senado (SALLUN JÚNIOR, 1997).

dos trabalhadores e a continuação das lutas para mobilização da população, como as “Diretas Já”. (COSTA, 1995, p. 91).

A central proclamava o socialismo desde o seu primeiro congresso. A questão da dívida externa como forma de combate ao imperialismo era uma forma de expressar isso²². Afinal, a solução para esse problema é política (COSTA, 1995, pp. 94-95).

A CUT continuará o seu esforço de construir a classe trabalhadora como um sujeito político autônomo, tendo como único compromisso sua perspectiva classista, onde a luta pelos objetivos, imediatos e históricos dos trabalhadores exige autonomia e não admite a subordinação dos interesses da classe trabalhadora a qualquer um dos projetos da classe dominante. (CUT, 1984, p. 11).

A defesa dos interesses históricos e imediatos dos trabalhadores era um código para a CUT em relação à defesa do socialismo, devemos recordar que, em 1984, o país ainda vivia sob o regime militar (embora em crise), nesse contexto, usar a palavra socialismo acarretaria em problemas relativos à repressão para a central²³ (GIANOTTI; NETO, 1991, pp. 26-27). Afinal, quinze dias após sua criação, a central foi ameaçada de sanções penais pelo ministro do trabalho, Murilo Macedo (GIANOTTI; NETO, 1991, p. 36).

A CUT é uma central sindical unitária classista que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica. Seu princípio fundamental é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais ou particulares dos trabalhadores brasileiros bem como do povo explorado. (CUT, 1984, p. 21).

No plano de lutas, percebe-se a pluralidade de reivindicações da central. Isso fora utilizado para diferenciar-se das demais centrais sindicais (RODRIGUES, L., 2009a, p. 7). Os pontos distintos da CUT para as demais centrais como a CONCLAT são: a **defesa da liberdade e autonomia sindical**. Aqui nesse ponto são diagnosticadas críticas à estrutura sindical corporativa como o imposto sindical e a proibição das greves; **democracia**: na sua visão de democracia são encontradas reprovações ao cupulismo dos sindicatos na era do populismo sindical; **organização pela base**: propostas de organização dos os trabalhadores

²² Acreditamos ser muito difícil, nos marcos do capitalismo, um país não pagar a dívida externa de forma permanente. Dos países que decretaram moratória, caso emblemático como México em 1982 através do seu ministro da fazenda Jesús Silva-Herzog Flores, e o próprio Brasil em 1987, através do ministro da fazenda Dilson Funaro, ambos países fizeram isso, de forma momentânea, voltando a dialogar com os credores internacionais.

²³ Para entendermos os motivos da CUT em usar um “código” para o socialismo, salientamos que em 1984 os partidos comunistas ainda eram proibidos no Brasil, sendo regulamentos somente em 1985 através da Emenda Constitucional n° 25/1985.

em seu local de trabalho; **classismo**: a central definia de forma não explícita o socialismo e a negação de um pacto com um governo para alavancar os interesses nacionais, diferente de como fora feito em tempos do sindicalismo populista, no qual os sindicatos serviam de apoio aos governos (GIANOTTI; NETO, 1991, grifos nosso).

Para Zanetti (1991, pp. 90-91), o programa cutista em seu primeiro congresso era inviável de ser realizado. A utilização de amplas reivindicações talvez servisse para desmascarar algum resquício de peleguismo de sindicalistas postulados em posição de direção nos sindicatos oficiais, afinal, ao serem aprovadas, as propostas deveriam ser seguidas por todos, isso forçaria os sindicalistas supostamente pelegos irem a luta. Há outras hipóteses para essa postura:

a realidade radicalmente dramática vivida por trabalhadores e sindicalistas que, mesmo incapacitados de superá-la, querem ter a satisfação de denunciá-la e condená-la; [...]a formação de muitos delegados, marcada por uma cultura adquirida nos movimentos da Igreja, que tende a priorizar mais a dimensão ética do que a política, e, no julgamento de suas ações, a "intenção" assume muitas vezes o mesmo peso que a prática; [...]a tradição cultural brasileira, segundo a qual, frequentemente o conhecimento e a relação pessoal, interferem e definem as próprias relações institucionais. Na política tal tradição leva ao estabelecimento de relações de confiança e de fidelidade que não se fundamentam necessariamente num programa objetivo, mas obedecem aos mecanismos próprios das relações interpessoais (ZANETTI, 1991, p. 90).

A aparência no primeiro Congresso da CUT (CONCUT) foi de harmonia pela criação de uma nova central, contudo, desde o primeiro CONCUT principiam divisões. Existiam dois grupos: alguns delegados fomentavam a luta nas questões imediatas dos trabalhadores, já outros procuravam uma postura mais agressiva demonstrando claramente suas reivindicações políticas (VERÁS DE OLIVEIRA, 2002, p. 160).

Em seu primeiro congresso, percebe-se uma alta intensificação das reivindicações políticas. Claramente os agrupamentos formadores da CUT possuíam diversos anseios, impossíveis de serem realizados no regime militar por sua característica repressiva diante dos trabalhadores. Vale destacar a perspectiva de alguns agrupamentos dentro da CUT de transformar o Brasil em um país socialista, tencionando a própria central para fomentar essa perspectiva nos trabalhadores. Essas propostas continuarão a ser debatidas no segundo CONCUT.

4.2 2º CONGRESSO

O segundo congresso da CUT foi realizado de 31 de Julho a 3 Agosto de 1986, na cidade do Rio de Janeiro. Participaram do congresso, mais de mil entidades sindicais (VERÁS DE OLIVEIRA, 2002, p. 167). Em relação ao número de participantes, foram mais de cinco mil, sendo 70% desse montante, delegados de base, contra somente 30% de diretores de sindicatos (RODRIGUES, I., 1997, p. 105).

Esse congresso consolidou a central como uma referência política. A CUT, de antemão, encontrava-se estruturada em praticamente todos os Estados do país, sendo uma força política reconhecida com ampla base social (ZANETTI, 1991, p. 98).

Agora, a defesa do socialismo aparece de forma aberta, afinal os partidos comunistas já estavam regulamentados e o regime militar tinha saído de cena.

A alternativa dos trabalhadores para a sociedade é o socialismo. Enquanto a burguesia procura canalizar para si e para dentro do seu sistema econômico o conjunto das reivindicações e propostas dos trabalhadores, nós sabemos que as “soluções” que apresenta só têm o sentido de reforçar a exploração e a dominação de classe. Por esta razão, as soluções que propomos têm o sentido de fazer avançar a consciência dos trabalhadores nas suas próprias forças e no seu projeto social. Em cada luta e nos momentos de enfrentamento mais geral, procuramos confrontar as exigências dos trabalhadores com os limites políticos da democracia burguesa e os limites políticos do capitalismo (CUT, 1986, p. 4).

Além disso, a central aprovou uma campanha nacional de lutas contendo: “Terra, salário, emprego e liberdade; – Direito irrestrito de greve, liberdade e autonomia sindical; – Não pagamento da dívida externa; – Participação popular na Constituinte” (CUT, 1986, p. 1).

Complementando essas propostas, havia também: o aumento do salário mínimo pelos valores do DIEESE, o retorno da estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho de 48 horas semanais, para 40 horas e a defesa da Convenção 87 da OIT, pauta histórica da central (RODRIGUES, I., 1997, p.107).

Sob forte influência dos setores socialistas na CUT, em razão da numerosa participação da base, o setor majoritário não pôde impor algumas mudanças como a verticalização da central (RODRIGUES, I., 1997, p. 107). Exemplo desse poder, além da desinibida defesa do socialismo, verificou-se na aprovação da menção referente a realização de divulgação e propaganda de outras revoluções.

[...] divulgação e propaganda da revolução nicaraguense e campanhas de repúdio à ação do imperialismo na região. Campanhas de apoio às iniciativas que tenham como objetivo preservar a autodeterminação do povo nicaraguense e suas conquistas revolucionárias. Neste sentido, devemos ter um esforço de exigir que o governo brasileiro saia de sua posição ambígua, apoiando as medidas internacionais que visem pôr fim à agressão que os EUA coordenam contra a Nicarágua; c) –

divulgação, propaganda e campanhas de apoio ao processo revolucionário atualmente em curso em El Salvador e Guatemala [...] (CUT, 1986, p. 20).

Desse congresso estruturaram-se duas principais correntes: A “Articulação”, agregando sindicatos importantes como os metalúrgicos de São Bernardo do Campo. No outro campo estava a “CUT pela Base”, com agrupamentos trotskistas e dirigentes das “oposições sindicais”. A principal diferença dos agrupamentos era sobre qual deveria ser a funcionalidade da CUT na sociedade brasileira, alguns defendiam uma central voltada para o viés mais político, já para outros, o foco era relativo aos interesses econômicos do trabalhador.

Como resultado desse congresso, a chapa 1 da tendência Articulação saiu vitoriosa com 59,9% dos votos, em segundo lugar ficou a CUT pela Base com 28,95%. Em terceiro ficou a chapa da Convergência Socialista com 11,07% da votação (RODRIGUES, I., 1997, pp. 109-110; VERÁS DE OLIVEIRA, 2002, p. 169).

Para Gianotti e Neto (1991, p. 45), o segundo CONCUR terminou de péssima forma, pois em uma disputa para saber qual das três chapas possuía direito a mais uma vaga na executiva da central, a discussão não foi levada para a base, e sim, permanecendo somente entre a própria executiva já eleita. Esse relato expressa as divergências políticas patentes na, até então, recente história da Central Única dos Trabalhadores.

4.3 3º CONGRESSO

O terceiro congresso foi realizado de 7 à 11 de Setembro de 1988, no Ginásio do Mineirinho, em Belo Horizonte. Participaram do evento, mais de seis mil delegados. O número foi o recorde, até então, para uma atividade sindical no país (RODRIGUES, I., 1997, pp. 110-111).

Nesse congresso percebemos o início das mudanças na CUT. É nele o rudimento da busca por uma central mais verticalizada, na busca de um modelo semelhante as centrais sindicais europeias, sem uma forte contestação ao sistema capitalista (GIANOTTI; NETO, 1991, p. 46).

Uma diferença importante registrada é relacionada a diminuição dos delegados de base. Até então, a base era maioria nos congressos da CUT, mas com a mudança no mecanismo de indicação dos delegados, passando a ser indicados através dos Congressos Estaduais, formado majoritariamente por dirigentes sindicais, passou-se a ter uma maioria de

dirigentes profissionais em detrimento do setor da base. Nas eleições não existia mais a diferença entre delegado de base ou direção, acabando com a obrigação da proporcionalidade de dois terços dos delegados serem advindos da base. Além disso, esse mecanismo gerou distorções na proporcionalidade dos votos. Como exemplo, o sindicato dos professores de São Paulo, gozaria de um número superior de delegados que alguns Estados do Nordeste, tais erros só aconteceriam devido a nova legislação. (GIANOTTI; NETO, 1991. p. 51). A periodicidade dos congressos também foi alterada, passando de dois anos, para três anos (COSTA, 1995, p. 111). Além desses fatores, as entidades filiadas, teriam que retribuir 5% do total de sua receita anual para a CUT nacional (VERÁS DE OLIVEIRA, 2002, pp. 189-90).

Percebemos também, uma maior timidez na afirmação da central como socialista, parecendo com as menções secretas de socialismo do primeiro congresso. Há diversas menções sobre o socialismo na resolução do terceiro CONCUR, mas de forma esparsa. Inexiste um parágrafo definido de como seria esse socialismo, como se chegaria até ele e qual o modelo de país socialista a CUT se inspiraria²⁴.

A CUT nasce como desdobramento de todo um ciclo de grandes greves dentro da necessidade da classe trabalhadora de unificar as suas lutas, no campo e na cidade, e dar um salto de qualidade na sua organização sindical. Mas a CUT, desde a sua origem, nasce classista e comprometida em articular nas lutas os objetivos imediatos e históricos da classe trabalhadora. [...] O sindicalismo classista não reduz o trabalhador a um vendedor da força de trabalho, ainda que parta desta condição imposta pelas relações capitalistas de trabalho para desenvolver sua ação sindical. [...] O sindicalismo classista considera o trabalhador dentro de um horizonte mais amplo, como classe produtora da riqueza social. Por isso, a luta reivindicatória mais imediata não é um fim em si mesma, porque ela reproduz o trabalho assalariado e, com ele, a exploração capitalista. (CUT, 1988, p. 16).

Durante o congresso, persiste o debate relativo ao teor funcional da central, questionando-se o seu foco deve consistir em questões econômicas ou debilitar o capitalismo para implantar o socialismo (ZANNETTI, 1991, p. 103).

Devido a sua consolidada e ampla base social, os agrupamentos no interior da CUT possuíam teses para concorrer ao congresso, podemos dividi-las em dois modelos: sindicais e políticas. As teses sindicais apresentavam propostas específicas para a melhoria de vida dos trabalhadores. Já as teses políticas, reproduziam a posição de partidos e correntes com vida

²⁴ Não podemos atribuir somente a modificação do programa cutista à menção tímida ao socialismo. O PT, com história e formação paralela à CUT, defendia a democracia (sob os marcos do capitalismo) como meio e fim, daí a ideia desse partido de “socialismo com democracia”, contrapondo as experiências socialistas do século XX. (MARTUSCELLI, 2007, p. 29). Perante a isso, percebemos a falta de um modelo e forma de como aconteceria o socialismo no Brasil, perpassa as modificações no programa da CUT, sendo um problema dos novos movimentos da esquerda brasileira (incluídos neles a CUT) nascidos após a queda da ditadura militar.

externa à CUT, os escritos dessas teses com enfoque político, continuam um plano de lutas fitando a sociedade brasileira ao socialismo. Das dezessete teses apresentadas, somente três eram sindicais, as outras quatorze eram políticas (RODRIGUES, L., 2009a, pp. 76-77). A proposta vencedora foi a da corrente Articulação, embora também mencionasse o socialismo, era de forma mais tímida em comparação as demais teses políticas (RODRIGUES, L., 2009a, p. 79).

No plano de lutas, as bandeiras, no geral, foram idênticas as do segundo congresso. A alteração significativa encontrou-se na luta pela elaboração de um contrato coletivo de trabalho, articulado em nível nacional (RODRIGUES, I., 1997, p. 67).

Na visão positiva de alguns setores sobre as modificações realizadas no terceiro congresso, a alegação era a de que, a partir disso, a CUT define-se, de fato, como uma central sindical, e não um mero movimento. Ademais, com as novas alterações, a central sindical passaria a dar prioridade as suas entidades filiadas em detrimento das oposições sindicais, bem como, passava a enunciar uma posição mais clara da tomada de poder, excluindo visões vanguardistas no seio da central. Também é louvável a diminuição do sectarismo com os demais movimentos de diferentes visões para travar lutas nacionais (COSTA, 1995, p. 112). Ao encontro dessa visão, (RODRIGUES, I., 1997, p. 113) considera a CUT na sua fase inicial, sem um plano sindical, mas com um projeto de país e de governo.

ZANNETI (1991, p. 114) admira a transição da posição da CUT enquanto sua forma política. Ensino desse sucesso é a criação da secretaria de políticas sociais com atribuições para políticas como: meio ambiente, saúde, previdência, moradia e demais questões pertinentes aos trabalhadores.

As disputas política sempre existirão, ainda mais em uma central possuidora de grande base social formada a partir de frações com vieses muitas vezes conflitantes. Diante disso, entendemos que, no geral, as avaliações sobre qual deveria ter sido a opção política a ser adotada em qualquer agremiação, ficam na ideologia dos atores participantes.

Autores como Zanetti (2008) e Rodrigues, I (1997) veem como benéfica o início dessa transformação como forma de amadurecimento da CUT. Já Gianotti e Neto (1991) observam de forma crítica essas mudanças. Gianotti era militante da CUT pela base, obviamente defendia a tese de uma postura mais política criticando o setor hegemônico. No entanto, para não ficar no viés especialmente dos participantes ou cair na visão de críticas ao setor dirigentes trabalhamos com outra hipótese (já mencionada na introdução do trabalho) para as transformações da central.

No entrechoque das acusações e denúncias recíprocas, para legitimar suas posições, as facções recorrem aos princípios e valores inquestionáveis do meio sindical. Burocratismo e sectarismo, tal como oportunismo e aventureirismo, são fantasmas que assombram habitualmente o movimento sindical em particular e a esquerda em geral. A história do sindicalismo está coalhada de exemplos. As facções moderadas são geralmente alcunhadas de oportunistas; as mais radicais, de aventureiras. As direções que partilham das responsabilidades do poder são frequentemente acusadas de oportunistas e conciliadoras no trato com o patronato e o governo, e de autoritárias e burocráticas no trato com a base. As facções mais à esquerda, geralmente fora do poder, por sua vez, são normalmente acusadas de irresponsáveis, sectárias, infantis, utópicas. Em geral, ambos os lados têm alguma dose de razão, na medida em que duas lógicas se encontram: a da situação, que pretende a manutenção do status quo e, conseqüentemente, privilegia os interesses da organização, e a da oposição, que pretende a mudança e, assim, valoriza o movimento. (RODRIGUES, L., 2009b, p. 17).

Leôncio Martins Rodrigues (2009a) em seu estudo sobre a ideologia dos militantes cutistas afirma existir um “ethos socialista” no seio da central. Percebe-se isso pela predominância das teses políticas. Mas, com a vitória de uma tese sindical da tendência Articulação, a CUT “aceita” o capitalismo. A prática dos seus dirigentes no cotidiano demonstra essa anuência. No dia-a-dia os dirigentes ficam no viés administrativo, não se concentrando para uma prática mobilizatória dos trabalhadores em busca da derrubada do regime capitalista. As clivagens desse terceiro congresso se agudizarão no quarto congresso, o mais polêmico da central sindical.

4.4 O POLÊMICO 4º CONGRESSO E OS DEBATES SOBRE OS RUMOS DA CUT

Nesse capítulo fomentaremos sobre o quarto congresso da CUT, o mais polêmico da central. O capítulo será acompanhado de análises sobre a postura da CUT referente ao congresso e o período de transformações vividas no país e no mundo, que em nossa visão definiu os rumos da central sindical.

O quarto congresso da CUT ocorreu nos dias 4 à 8 de setembro do ano de 1991, na cidade de São Paulo. É o primeiro congresso da central com participação de pessoas e entidades sindicais de todos os Estado brasileiros.

Demonstrando a clivagem desse congresso, já em sua fase preparatória é criada a ANTÁRTICA (Anti-Articulação), um bloco formado por setores opositores da Articulação. Faziam parte dessa coalizão: a CUT pela Base, Convergência Socialista, Corrente Sindical Classista (CSC), Força Socialista, O Trabalho e demais correntes com menor peso de

orientação trotskista. As alianças da Articulação eram: Nova Esquerda, Vertente Socialista e Unidade Sindical (ZANNETI, 1991, p. 107; RODRIGUES, I., 1997, p. 182).

Há diversas críticas sobre esse congresso e suas respectivas análises: Desde a plenária anterior à realização do congresso (4º plenária), há um pensamento reduzido dos setores majoritários da CUT sobre do movimento sindical na década de 1980, colocando aquele sindicalismo como defensivo, esquecendo-se que a própria CUT surge em detrimento desses movimentos. Outro aspecto depreciado é a burocratização. Nesse congresso, os delegados são eleitos nas instâncias estaduais da CUT, somente após ser realizada essa etapa que os delegados participam do congresso nacional; os pontos desfavoráveis não param por aí, no congresso, ocorreram agressões físicas entre as chapas no momento da defesa de suas teses (GIANOTTI; NETO, 1991).

O que estava em jogo, não era somente a vitória de uma tese, mas a definição dos rumos dessa central sindical. Quem vencesse, definiria se a CUT apostaria na ingovernabilidade de Collor, tese defendida pela oposição, ou na política de crescimento do país e uma maior distribuição de renda, tese defendida pela Articulação (GIANOTTI; NETO, 1991, pp. 67-68; RODRIGUES, I., 1997, p. 183).

O ponto mais polêmico foi a proposta da executiva de ir ao entendimento nacional. Na visão do setor majoritário, que aprovou a tese respaldando essa atitude por apenas dois votos de diferença, isso significava a criação de uma política concreta para enfrentar o neoliberalismo. Já na visão dos setores opositores, essa postura caracterizou-se por um pacto social com o novo governo (COSTA, 1995, p. 129).

Através da tática de comparecer para disputar com governo e empresários, a CUT conseguiu impor a pauta de 13 pontos da Plenária Nacional e transformar aquilo que pretendia ser um espaço para referendar a política do governo num fórum de negociações, em que reposição das perdas, necessidade de política salarial, assentamento de trabalhadores rurais e reversão de demissão de grevistas se constituíram em prioridade de discussão. [...]A CUT enfrentou algumas dificuldades nesse processo, pelo equívoco de setores minoritários que, desrespeitando a democracia interna, decidiram encaminhar na base contra as deliberações da Central. [...]Assim, cada assembléia, em vez de organizar a mobilização dos trabalhadores, se transformava em reavaliação da deliberação de comparecer às negociações, disseminando a desinformação e confundindo propositalmente e de má-fé o processo de negociação com “pacto social”, fazendo coro com os patrões e o governo. [...] A centralização do debate nesta falsa polêmica, fruto de uma concepção que restringe a atuação da Central a ações diretas e de caráter econômico, serviu a dois objetivos. Primeiro, para mascarar a incapacidade que esses setores têm para mobilizar a base de seus sindicatos. Assim, transferem seu imobilismo para o setor majoritário, que estaria “substituindo a mobilização por negociação”. Esse argumento não resiste aos fatos, traduzidos no fortalecimento da Central e no seu credenciamento junto à sociedade, bem como no sucesso das greves desse período. O segundo objetivo, eleitoreiro, consistia em precipitar a discussão interna a respeito da direção, visando o 4º Concut. (CUT, 1991, p. 4).

Com essa visão otimista sobre sua tática, a CUT decide participar das câmaras setoriais acreditando ser um grande avanço democrático nas relações entre capital e trabalho, e, através dessa atitude, diminuiria o desemprego no Brasil (ZARPEROLON, 2003, p. 43). As câmaras setoriais surgiram no governo Collor, consistindo em um fórum tripartite envolvido de governo, trabalhadores e empresários (FERRAZ, 2006, p. 72).

O setor majoritário no congresso cutista decidiu participar das câmaras setoriais, pois organizam os principais setores do movimento sindical, como metalúrgicos, petroleiros e bancários. Devido a isso, no acordo, devido ao caráter tripartite da câmara, tais setores controlados pela tendência Articulação, por serem oligopolizados, influiriam com grande força nas câmaras, conseguindo ganhos maiores para as correspondentes categorias (BOITO JUNIOR, 1994, p. 27). Essa prática, desempenhada por alguns setores como a Articulação, trata-se de um neocorporativismo setorial, no qual algumas categorias preservam sua institucionalidade sindical procurando adequar-se à estrutura vigente (ALVES, 2000, p. 114).

As correntes minoritárias foram refratárias ao acordo, pois na visão política de tais agrupamentos, não deve ocorrer nenhum acordo com setores da burguesia (RODRIGUES, L., 2009a, p. 82). Vale lembrar que, no período desse congresso, recém vivíamos um período democrático no Brasil, mesmo assim, os dois governos da “Nova República”, Sarney e Fernando Collor, foram contrários aos interesses dos trabalhadores. Um acordo, somente é construído com base na confiança, e até então, ela não tinha sido produzida (ZANETTI, 1991, p. 115).

O problema na participação nos fóruns, remete ao fato que, governo e sindicatos patronais buscam uma colaboração com os sindicatos dos trabalhadores. Todavia, a colaboração é definida nos parâmetros do Estado (BOITO JUNIOR, 1996, pp. 96-97).

Exemplo da força das correntes de oposição demonstra-se no fato da maioria dos sindicalistas urbanos ter sido contrária a participação da CUT nos fóruns tripartites. Manifesta também a diferença da posição da cúpula e de setores intermediários com contato na base (RODRIGUES, I., 1997, p. 228). A decisão de participar de um diálogo, mesmo de forma a buscar seus direitos, é o marco da fase “propositiva²⁵” da central. Passa-se a defender um sindicalismo moderado com propostas mais “realistas” para o desenvolvimento político do país (ANTUNES; SILVA, 2015, p. 516; BOITO JUNIOR, 1996, p. 91).

²⁵ O sindicalismo propositivo é aquele com foco de negociação no plano institucional dentro dos marcos do sistema capitalista, sem vistas de derrubá-lo (GALVÃO, 2003, p. 111)

Em seus congressos anteriores, são feitas diversas críticas a um pacto-social, portando, o quarto CONCURTO, ao decidir sentar à mesa de negociações com um governo contrário ao seu ideário, marca uma mudança clara e significativa nos rumos da central.

Antes do advento do neoliberalismo no país, a CUT possuía uma tática anti-imperialista, possuindo a noção que a luta não se esgotava no caráter salarial, mas uma necessidade de troca de poder e sistema político para contemplar os trabalhadores. Essa estratégia foi benéfica, acumulando forças para a candidatura de Lula em 1989 (BOITO JUNIOR, 1996, p. 87).

Todavia, mesmo em sua fase reivindicativa, a central possuía limites. A CUT nunca adotou a palavra de ordem contra a remessa de lucros ao exterior, por exemplo, coisa que o sindicalismo populista, com todas suas limitações, já tinha feito. Além disso, a luta salarial continuou fragmentada, mostrando a dependência da CUT diante da estrutura sindical brasileira (BOITO JUNIOR, 1996, p. 87).

A Direção Nacional impediu que essa concepção desarmasse os trabalhadores no necessário enfrentamento global do projeto do governo. A participação da CUT no fórum foi um obstáculo decisivo para os objetivos do governo, que se manteve intransigente em cima de seu projeto antipopular. A CUT contribuiu, assim, para o isolamento do governo Collor e o desmascaramento de sua política econômica. (CUT, 1991, p. 4)

Como vemos, a CUT nas suas resoluções concluiu como benéfica sua participação nos fóruns tripartites, alegando que os setores oposicionistas estavam desarmando os trabalhadores. Ou seja, a posição que “armaria” os trabalhadores, seria a participação nos fóruns, elemento não proposto pela CUT, e sim do governo neoliberal de Fernando Collor.

[...] Ora, a questão não é negociar ou não, mas sim negociar o quê, como e em que contexto. [...] ao investir prioritariamente na via da negociação numa conjuntura adversa, o sindicalismo cutista acabou incorporando elementos do discurso neoliberal. Na defensiva, ao invés de formular contra-propostas capazes de evidenciar o conflito de interesses que opõe o capital e seus representantes aos trabalhadores, a CUT flexibiliza suas demandas, a fim de torná-las compatíveis ao ideário (e ao vocabulário) empresarial (GALVÃO, 2003, p. 132).

Acreditamos que as mudanças na CUT são resultado de novas características política econômica e ideológicas do Brasil e do Mundo²⁶.

²⁶ Zarpelon (2002, p. 42) afirma que as mudanças da CUT são devido a três fatores: Os de caráter estrutural, como é o caso da reestruturação produtiva; os conjunturais: vitória de Collor na eleição de 1989; e os de ordem interna da CUT, tais como burocratização e concorrência da força sindical. No entanto, preferimos utilizar as definições da concepção de uma pluralidade estrutural do modo de produção capitalista auferidas por

No plano político, a vitória de Fernando Collor, em 1989, representou uma derrota ao movimento sindical. Sendo muito mais difícil para a CUT criticar um governo eleito “legalmente²⁷”, muito mais fácil para a CUT era lutar contra um governo ditatorial em crise, como foi o caso de João Figueiredo, ou de um governo eleito de forma indireta²⁸, como José Sarney. (BOITO, 1994, p. 25). A derrota de Lula, candidato apoiado pelo sindicalismo cutista significou a derrota do sindicalismo, seja ele socialdemocrata ou socialista. Com a vitória do neoliberalismo, devido ao alto desemprego, reestruturação produtiva, etc. Ficaria muito difícil a realização de uma prática sindical classista (ALVES, 2000, pp. 116-117).

A CUT já não se apresentava mais como a herdeira das lutas sindicais pela autonomia e independência frente ao estado e ao patronato, mas, cada vez mais, ao longo dessa década, assemelhava-se a um sindicalismo institucionalizado, verticalizado, hierarquizado, que se distanciava de sua década original [...] (ANTUNES; SILVA, 2015, p. 518).

Dentro dos elementos de mudança, como fator econômico, há um relativo declínio de alguns setores, como siderúrgicos e têxteis, em detrimento da expansão de outros ramos, como informática e biotecnologia. Com isso, sobrevém uma fragmentação da mão de obra e a valorização do saber técnico individual. Dessa forma, a presença do movimento sindical reduz sua força, não somente pelos aspectos mencionados, mas também, devido a migração dos trabalhadores para o setor de serviços (MATTOSO; OLIVEIRA, 1990, pp. 21-22).

O desemprego é outra condição significativa no plano econômico. Isso possibilitou a cristalização da hegemonia neoliberal devido alguns elementos como: constante ameaça de demissão aos trabalhadores empregados; guerra fiscal em todas as esferas estatais, tornando o Estado refém do mercado; chantagem das empresas, que quando sofrem represálias dos sindicatos após uma demissão em massa, ameaçam dirigir-se para outras cidades, e com isso, ser capaz de acarretar mais desemprego (VERÁS DE OLIVEIRA, 2007, pp. 61-62). Além dos fatores já mencionados, vale lembrar que o desemprego acentuou-se nos locais onde o

Poulantzas (1977, p. 13) do qual o modo de produção capitalista atua no processo político, econômico e ideológico, daí, devido essas mudanças estruturais no Brasil, a CUT não estava preparada para essas novidades, assim mudando seu programa.

²⁷ As aspas não são em vão, o próprio autor em seu ensaio (BOITO JUNIOR, 1996), afirma que ocorreram manipulações midiáticas nas eleições para a vitória de Collor. No entanto, a vitória de Collor não foi cabível somente a midiática de sua candidatura, existindo fatores ideológicos da propaganda neoliberal para enganar as massas.

²⁸ A posse de Sarney ocorreu de forma irregular. Pela legislação da época, após a morte de Tancredo Neves, eleito via colégio eleitoral, quem deveria assumir seria Ulysses Guimarães, presidente da câmara, no entanto, devido a negociações internas, o candidato a vice-presidente José Sarney, assume a presidência (PACHECO, 2015, p. 92 APUD NAPOLITANO, 2014.).

sindicalismo era combativo, como os metalúrgicos e os empregados do setor bancário, sendo suprimidos cerca de 500 mil postos de trabalho. Devido a priorização do mercado ao invés do Estado, o serviço público, caracterizado por um sindicalismo ativo, não contrata mais, demitindo muitos funcionários e debilitando esse sindicalismo. (BOITO JUNIOR, 2005, p. 285).

Nesse contexto, a luta salarial passa a não ter tanta importância, a não ser para os servidores públicos. Afinal, para a maioria dos trabalhadores a questão salarial é realizada no ramo da própria empresa, desembocando em outras lutas como Participação Nos Lucros e Resultados (PLR) e metas de produtividade. Com o pequeno poder dos sindicatos no interior da empresa, a possibilidade de negociação fica reduzida (COMIN; CASTRO, 1998, p. 48).

Ainda sobre as mudanças, temos a reestruturação produtiva, um processo de modificação política e econômica ocorrida a partir da eleição de Fernando Collor.

A reestruturação produtiva também chamada por outros nomes como modelo de trabalho flexível, toyotismo, ohnismo, e afins, é uma inovação tecnológica advinda do mercado japonês. Esse modelo se constitui em torno de noções como rapidez, produtividade, qualidade e participação. Através disso as empresas passam a utilizar o “just in time” (controle de estoques que tem a peça certa, na hora e quantidade certa). Também mudam algumas configurações do trabalho como: crescimento do trabalho em tempo parcial, uso intensificado da subcontratação, crescimento do desemprego e redução do emprego industrial provocado pelo avanço tecnológico (SANTANA; RAMALHO, 2009).

Sob esse novo sistema de produção os sindicatos deveriam ser aptos a negociar essas novas condições precárias de organização com um ideário de compromisso da sociedade em prol da competitividade da empresa, bem como sua rede de parceiros comerciais (CASTRO, 1997, p. 4).

A reestruturação produtiva na visão de (BRAGA, 1996) é um instrumento do qual a classe dominante impõe uma subalternidade a classe trabalhadora. Esse processo somente se viabiliza “mediante o deslocamento de polos do poder político no interior da produção” (BRAGA, 1996, p. 206). Em contraposição a alguns autores, não acreditamos na inevitabilidade desse processo de irreversibilidade do advento da reestruturação produtiva, assim como desconsideramos a inevitável integração dos mercados²⁹, a CUT, apoiadora da

²⁹ Para Castells “[...] a economia global agora é uma rede de segmentos econômicos interconectados que, juntos, têm um papel decisivo na economia de cada país – e de muitas pessoas. Depois de constituída tal rede, qualquer nó que se desconecte é simplesmente ignorado, e os recursos (capital, informações, tecnologia, bens, serviços, mão de obra qualificada) continuam a fluir no resto da rede.” (1999, p. 188). Discordamos desse pressuposto colocando a integração total dos mercados como inevitável. Países com economias de enclave,

candidatura de Lula no segundo turno e o Partido dos Trabalhadores, não teriam motivos de fazer algo contrário ao seu discurso, e, por causa disso, minar sua base social.

Portanto, as “novas relações de trabalho” não eram um fato perene, como alguns autores da sociologia do trabalho parecem analisar, mas sim um aspecto contraditório da luta de classes no país, possuindo, portanto, um sentido ambivalente, ou – diríamos melhor – contraditório: por um lado, representava uma conquista operária, capaz de dar suporte à consciência de classe; por outro, representava uma nova estratégia do capital, ciente do poder integrador da negociação coletiva e da necessidade de uma classe operária participativa, tal como exigiam os novos paradigmas industriais vigentes no mundo capitalista desenvolvido. (ALVES, 2000, p. 118).

No plano ideológico, a crise é resultado de uma alteração no mundo do trabalho, sendo ineficazes as táticas do sindicalismo de classe (ALVES, 2000, p. 122).

Para Rodrigues, L (2009b, pp. 71-72), o enfraquecimento das ideologias operárias geralmente fortalece as organizações, afinal, a queda desse tipo de ideal não implica no fim do conflito industrial. Discordamos da primeira parte do argumento do autor, afinal, não há menção do local, e como ocorreu tal acontecimento, e, no Brasil, após a queda de tais ideologias, o sindicalismo viveu um período de recrudescimento.

Ainda sobre o ideário, acrescenta-se também a derrubada da URSS pelo imperialismo estadunidense³⁰ deixando a esquerda sem um modelo de referência³¹. Fato significativo nos congressos da CUT, o quarto CONCURT, foi o primeiro congresso a não ser entoado o hino da Internacional Comunista (GIANOTTI; NETO, 1991, p. 55). Em anexo a isso, há o surgimento

destinadas à exportação como é o caso do petróleo venezuelano e do gás boliviano, não fez e não faz essas economias integrarem-se de total forma ao mercado, não podendo ser ignorados no mercado mundial (MARTUSCELLI, 2010). Mesmo não sendo um país de enclave econômico, em nossa concepção, a CUT e o PT, caso elessem Lula em 1989, tencionariam o país a não adentrar nos marcos do neoliberalismo, impedindo ou até mesmo conferindo outro caráter a reestruturação produtiva.

³⁰ Não usamos o termo queda, pois [...] “a categoria “implosão” se revela um mito apologético do capitalismo e do imperialismo: celebra sua indiscutível superioridade com relação a um sistema social que, em Moscou, como no Caribe ou na América Latina, rui ou entra em crise exclusivamente devido à sua insustentabilidade interna, à sua inferioridade intrínseca. A categoria de implosão ou colapso só cobre de louros os vencedores. É verdade que ela encontrou amplo acolhimento até na esquerda, entre os comunistas, até e principalmente entre aqueles que se posicionavam como ultracomunistas e ultra-revolucionários; mas esta é apenas a contraprova de sua subalternidade ideológica e política” (LOSURDO, 2004, p. 33)

³¹ A destruição do Muro de Berlin e a derrubada da URSS possuíram um papel importante no ocaso de referencial ideológico para as esquerdas, contudo, o socialismo já sofria crítica pelas próprias esquerdas desde a década de 1960 (BOITO JUNIOR, 1996, p. 88). Acrescentamos o fato de partidos brasileiros como o PCdoB desde a década de 50 (após a morte de Stálin e as críticas feitas por Nikita Khrushchov no XX Congresso do PCUS) já realizarem crítica a URSS. No mundo inteiro, diversos partidos comunistas, após o XX Congresso, possuíam outros países como modelo, tais como: Cuba, China, Iugoslávia e Albânia. Cabe lembrar que as tendências trotskistas após 1923 com a morte de Lênin, não defendiam o modelo soviético, algumas viram até com bons olhos (sic) a queda da URSS.

de uma nova central sindical, a Força Sindical rivalizando com a CUT com uma ideologia favorável ao capitalismo, aceitando uma negociação mais branda, ou por vezes até atuando de auxílio em prol dos governos neoliberais (GALVÃO, 1999, p. 117).

Mesmo com as mudanças no plano ideológico brasileiro e mundial, refletindo inclusive no seio da central, a CUT não tornou-se uma central de direita, ao invés disso, continuou com suas pautas históricas. A mudança importante na central é uma relativização da transformação radical do poder e da participação propositiva no neoliberalismo.

O quarto CONCUR não mudou os discursos gerais da central, permaneceram as bandeiras de: não pagamento da dívida externa, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, etc. Tais palavras de ordem foram reafirmadas na 5ª Plenária Nacional da CUT, realizada após o IV congresso. O que mudou foi sua concepção de estratégia política adequando-se ao discurso neoliberal (BOITO JUNIOR, 1996, p. 92).

É preciso frisar, desde já, que a CUT não se converteu numa central sindical neoliberal. Pelo contrário, a ação sindical de resistência ao neoliberalismo só tem sido implementada pelos sindicatos cutistas. Contudo, essa resistência tem sido ineficaz. Isto porque as concepções e a estratégia atuais da corrente dirigente da CUT, a Articulação Sindical, faz concessões à ideologia e à política neoliberal, facilitando a implementação e o avanço dessa política e contribuindo para a difusão daquela ideologia junto aos trabalhadores brasileiros. (BOITO JUNIOR, 1996, p. 85, grifo do autor).

O quarto congresso da Central Única dos Trabalhadores teve outros grandes pontos polêmicos além da participação nos fóruns tripartites. A filiação a CIOSL; e os problemas dos delegados de alguns Estados, principalmente de Minas Gerais e Bahia (RODRIGUES, I., 1997, pp. 185-186).

Sobre a filiação da Central a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CIOLS), ficou estipulado no congresso o debate sobre a filiação da central em uma das confederações mundiais (VERÁS DE OLIVEIRA, 2002, p. 202). Com a destruição da URSS e concomitantemente a perda de hegemonia da Federação Sindical Mundial (FSM), a CIOSL exigiu a filiação da CUT. A central acatou o pedido devido o apoio financeiro dos socialdemocratas, entretanto, nesse período, a socialdemocracia europeia já encontrava-se no campo neoliberal (BOITO JUNIOR, 1996, p. 88).

Na contagem de votos ocorreram problemas com delegados na Bahia e em Minas Gerais, pois os membros da Articulação pediam uma redução no número de delegados desses Estados. A alegação da Articulação era de que tais sindicatos estavam em débito com a Central sindical. Na visão da CUT pela Base essa atitude foi um golpe da Articulação, pois

tais sindicatos somar-se-iam com a oposição contra a Articulação no congresso (GIANOTTI: NETO, 1991, p. 73; RODRIGUES, I., 1997, p. 188). A votação ficou assim: A Articulação obteve a vitória com 52,16% dos votos. A oposição ficou com 47, 84%. Ainda existiram 11 votos nulos e 13 em branco (RODRIGUES, I., 1997, p. 190).

O quarto CONCURTO terminou com a vitória da corrente Articulação, adotando a ideia de uma central com um viés propositivo. Desde sua criação há uma disputa por duas posições, o projeto sindical e o político. O quarto congresso foi a cristalização desse embate, definindo os rumos da central com um viés majoritariamente sindical. Essa mudança pode ter sido importante para dar maturidade a central no quesito institucional, afinal agora as decisões teriam uma maior centralização.

O critério alegado pela oposição sobre a burocratização é insuficiente, pois uma central como a CUT, com suas expansões no período, somado o tamanho de sua base social, sofreria desses problemas relativos a profissionalização de seus militantes. A denominada verticalização pode ser designada pelo setor dos “Autênticos” fazer parte da tendência Articulação, essa corrente sempre privilegiou o delegado sindical em detrimento das comissões de fábrica.

No entanto, a tendência majoritária se equivoca em privilegiar a luta econômica diante da luta política, pois a CUT nasceu de forma política, com os movimentos reivindicatórios na crise da ditadura, deixar essa perspectiva em segundo plano é um equívoco com a própria história dessa central sindical e de todo o movimento dos trabalhadores no século XX.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sindicatos surgem como resultado da contradição entre capital e trabalho no capitalismo, o Brasil sendo um país capitalista, não foge desse caminho, com os sindicatos brasileiros, desde sua fase embrionária na Primeira República possuindo diversos anseios relativos a melhoria das condições salariais e políticas dos trabalhadores. O movimento sindical no país, nessa sua fase inicial, possuía uma peculiaridade, o baixo número de operários devido a superioridade rural da população na República Velha.

Após a criação da estrutura sindical no primeiro governo Vargas, ocorre um freio, por parte do Estado, no movimento reivindicativo dos trabalhadores. Posteriormente ao governo Vargas, nosso sindicalismo sofre repressão acentuada no governo Gaspar Dutra, voltando a ganhar um novo fôlego somente na volta do governo Vargas à presidência, iniciando a fase do populismo sindical. O denominado populismo sindical durou desse segundo governo de Getúlio Vargas até a derrubada de João Goulart pelos militares, o sindicalismo desse período, embora conseguindo alguns frutos, não esteve preparado para lidar com as ameaças golpistas, tampouco lutar contra o regime dos militares.

Com o regime militar assumindo a cena política, as diretorias sindicais passam a ser controladas pelos pelegos, os sindicatos com base de apoio contrária aos pelegos sofriam perseguição política, incluindo invasões policiais em suas sedes, bem como intervenções judiciais. Com isso, percebemos que o movimento sindical brasileiro, em toda sua história, viveu forte repressão por parte do Estado. Mesmo governos que concederam direitos aos trabalhadores, como é o caso de Getúlio Vargas, possuíram um caráter repressivo com o movimento sindical, ademais, o século XX brasileiro caracterizou-se por golpes de Estado, das mais variadas espécies. Isso também diminuiu o poder de atuação das esquerdas, bem como seu respectivo movimento sindical de maneira legal no espectro político.

Com a queda de hegemonia do regime militar, surge o “novo sindicalismo”. Esse novo sindicalismo possui diversas críticas ao velho sindicalismo do período populista, bem como a depreciação a estrutura sindical inspirada no corporativismo fascista, criada por Getúlio Vargas em 1931. O “novo sindicalismo” aglutinou diversos movimentos críticos ao regime militar, através desses movimentos, ocorreram mudanças no plano político do país, traduzindo-se em novas práticas sindicais sendo materializadas na criação da Central Única dos Trabalhadores.

No presente trabalho percebemos que, tanto nas fases acirradas ou acomodadas do sindicalismo o regime político sempre saiu do controle das mãos da burguesia brasileira, em parte devido as pressões do sindicalismo através de suas inúmeras pautas políticas.

A CUT não fugiu desse esquema, desde a formação dessa nova central sindical, são caracterizadas em seus congressos, o grande número de pautas políticas nas teses das correntes participantes, bem como em suas resoluções de congressos. O histórico repressivo do país fez a CUT adotar esse alto viés político. No seu seio, a central possui tendências, as mais destacadas no período estudado foram a Articulação e a CUT pela Base. As disputas entre essas correntes aparecem desde o segundo congresso, mas cristalizam-se no terceiro, encontrando seu auge no polêmico quarto congresso, talvez o mais polêmico congresso da CUT até a atualidade.

Desde o terceiro congresso percebemos a imensa quantidade de teses políticas, demonstrando os fortes anseios do movimento dos trabalhadores no interior da CUT. O regime militar, durante esse congresso, recém tinha saído de cena, e os trabalhadores, bem como seus respectivos grupos políticos, possuíam inúmeros anseios para transformar a antiga estrutura política e anti-sindical dos regimes antecessores.

Usamos o termo polêmico no quarto congresso devido às diversas acusações de fraude por parte da oposição, as agressões físicas realizadas, bem como as múltiplas visões da comunidade acadêmica sobre os rumos da CUT a partir desse evento.

O trabalho atingiu o objetivo de identificar as mudanças nas resoluções de congresso da central. Tais transformações vão desde a formalização da central passando a ser mais verticalizada, até suas pautas políticas. O socialismo pauta histórica dos movimentos criadores da CUT, já no seu terceiro congresso é elaborado de forma mais tímida em comparação ao segundo congresso, onde já era permitido falar abertamente sobre esse ponto. Ainda sobre a temática do socialismo, percebemos a inexistência de um modelo socialista no seio da CUT, afinal o modelo soviético não era bem visto por alguns setores dentro da CUT, sejam eles trotskistas ou sociais-democratas. Mas o acontecimento de maior relevância foi o marco propositivo da central diante do governo Fernando Collor, claramente contrário aos ideários da fase inicial CUT, quando a central fitava a derrubada dos governos Figueiredo e Sarney.

Ao aderir a participação no governo através dos fóruns tripartites a CUT escolheu um lado de aceitação do capitalismo e a atuação para melhorias imediatas nas condições de vida do trabalhador, ideia diferente das resoluções definidas em sua fase inicial, afinal a central sindical além de definir-se como socialista, era claramente os pactos com governos, possuindo como horizonte uma luta política, quase como um partido político.

A tendência Articulação, desde o segundo congresso sai vitoriosa desses eventos, passando a ser a definidora dos rumos da central. Como vimos, essa fração aglomerava os principais sindicatos da CUT, como bancários e petroleiros, conseguindo ganhos para as principais frações desse sindicalismo. De outro lado, a oposição, mesmo com as críticas aos rumos da CUT, culpando o setor majoritário representado pela Articulação, nunca assumiu de forma majoritária direção da central, com isso, ficamos somente com o caráter discursivo desse grupo em torno dos rumos da CUT, não sabendo quais seriam suas atitudes concretas diferenciadoras.

Entendemos que nossa hipótese foi comprovada por considerarmos que os elementos políticos, econômicos e ideológicos foram essenciais para as mudanças nas resoluções da CUT. Claramente a central sindical ficou desarmada após a perda de Lula no processo eleitoral de 1989 para uma candidatura do neoliberal de Fernando Collor. Através disso, a central sindical tinha duas opções: abdicar do governo correndo o risco de isolar-se ou conseguir ganhos parciais para seus trabalhadores, lutando no interior das estruturas do novo governo. A CUT optou pela “segurança” de pressioná-lo através dos fóruns tripartites, almejando barganhar algumas vantagens para seus trabalhadores, assim atenuando suas perdas.

A reestruturação produtiva pegou a central desprevenida também. Através desse novo modelo produtivo, ocorreu um aumento de desemprego, com a CUT necessitando escolher uma saída rápida para esse problema. A luta salarial, devido ao novo modelo flexível de trabalho confinou-se na empresa, onde o sindicalismo tinha parca organização. Nas esferas estatais, local onde o sindicalismo cutista possui grande força, a luta salarial ganhou o contorno da defesa do emprego público devido ao início do desmonte da máquina pública realizada no governo Collor.

A derrubada da URSS foi outro revés, mesmo com as ressalvas da CUT a esse modelo de socialismo, a ofensiva ideológica dos setores de direita pró-imperialista sobre a falência do socialismo, ocorreu em nível mundial. A falta de um ideário próprio sobre como ocorreria a revolução brasileira, não somente da CUT, mas do Partido dos Trabalhadores, e os movimentos que surgiram concomitantemente com novo sindicalismo, facilitou para que o desaparecimento da URSS tivesse um maior efeito no plano ideológico dessas organizações.

Para trabalhos futuros sugerimos um maior apanhado de congressos e plenárias da central, não somente com governos contrários ao seu ideário político, mas também um estudo após a eleição de Lula em 2002, e os demais governos petistas. Afinal, essas candidaturas obtiveram apoio da CUT, através disso, sabermos como a central portou-se com um governo

no qual apoiou para elegê-lo. A CUT, até a data desse escrito, já realizou doze congressos e quinze plenárias, entendemos que analisa-los em sua totalidade escaparia do escopo de uma monografia, devido ao seu possível tamanho e tempo de realização para essa pesquisa, bem como a falta de bibliografia de apoio sobre os demais congressos aumentaria o viés de “achismos” nesse trabalho, o que consideramos desrespeitoso para a comunidade acadêmica e o movimento dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. Do 'novo sindicalismo' à concertação social - ascensão e crise do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 15, p. 111-124, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. **O Que é Sindicalismo**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. 96p
- _____; SILVA, Jair Batista da. PARA ONDE FORAM OS SINDICATOS? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Cad. CRH** [online]. 2015, vol.28, n.75, pp.511-527.
- Araújo, Ângela. Estado e trabalhadores: A montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil. In: **Do corporativismo ao neoliberalismo. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra**. Organizado por Ângela Araújo, 29-57. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BANDEIRA, Moniz; MELO Clóvis; ANDRADE, A. T. “Anarquismo, socialismo e comunismo” e “O programa comunista dos libertários”. In: _____. **O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, pp. 149-176.
- BARSTED, Dennis Linhares. **Medição de forças - O movimento grevista de 1953 e a época dos operários navais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília- UNB, 1998.
- BOITO JUNIOR, A. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, SÃO PAULO, v. 8, n.3, p. 23-28, 1994.
- _____. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista** (São Paulo), SÃO PAULO, v. 3, p. 80-104, 1996.

_____. **O sindicalismo na política brasileira.** 1. ed. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005. v. 1. 309p.

_____. Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores. **Crítica Marxista** (São Paulo), São Paulo, v. 12, p. 77-105, 2001.

BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BRAGA, Ruy. **Crise contemporânea e restauração do capital: da crítica ao Economicismo Dominante à Análise das Lutas de Classes.** Dissertação. Mestrado em Sociologia. IFCH-Unicamp. 1996.

BRASIL. **Decreto-Lei 9.070.** Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De19070.htm>. Acesso em: 10/12/2017

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** v. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Nilo André Piana de. **Televisão e Presidência da República: a soberania em disputa de 1950 a 1964.** Tese. Doutorado em Ciência Política. Ufrgs. 2011.

CASTRO, Nadya Araujo. Reestruturação produtiva, novas institucionalidades e negociação da flexibilidade. **Revista São Paulo em Perspectiva**, F. SEADE - São Paulo, v. 11, n. 1, jan./mar, 1997

CELINA, Maria (2000). **O Estado Novo**, Coleção Descobrimdo o Brasil. Rio de Janeiro: Zahar.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **RESOLUÇÕES DO 1º CONGRESSO NACIONAL DA CUT.** São Bernardo do Campo. 1984

_____. **RESOLUÇÕES DO 2º CONGRESSO NACIONAL DA CUT.** Rio de Janeiro. 1986.

_____. **RESOLUÇÕES DO 3º CONGRESSO NACIONAL DA CUT.** Belo Horizonte. 1988.

_____. **RESOLUÇÕES DO 4º CONGRESSO NACIONAL DA CUT.** São Paulo. 1991.

COMIN, Alavro; CASTRO, Nadya. As novas esferas de regulação do trabalho e o dilema sindical. **Organizações e Trabalho**, Lisboa, v. 18/19, p. 11-26, 1998.

CONY, Carlos Heitor. **O ato e o fato: crônicas políticas.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, (1ª Ed. 1964), p. 11-71.

COSTA, Sílvio. **Tendências e Centrais Sindicais: o movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994.** São Paulo: Ed. Anita Garibaldi; Goiânia: Ed. da Universidade Católica de Goiás, 1995.

D'Araujo, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.); SOARES, Gláucio. (Org.). **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

Deane, Phyllis. **A revolução industrial.** Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

DREIFUSS, René Armand. **1964 A conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe.** Petrópolis: Editora Vozes, 3. ed., 1981.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** [Edição revista]. São Paulo: Boitempo, 2010.

FAUSTO, Boris. “A formação da classe operária: determinações estruturais”. In: _____ **Trabalho urbano e conflito social.** DIFEL, 1977, pp. 11-37.

_____. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 156-203, Coleção Perfis Brasileiros.

FERRAZ, Marcos. Do confronto à negociação: a CUT na passagem dos anos 1990 ou equívoco teórico? In: ARAÚJO, Silvia; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (orgs.). **O sindicalismo equilibrista: entre o continuísmo e as novas práticas.** Curitiba: UFPR/SCHLA, 2006

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Coleção O Brasil Republicano, vol. 3), p. 15-46.

GALVÃO, Andréia. A CUT na encruzilhada: dilemas do movimento sindical combativo. Idéias, Campinas, v. 09, 2003. IN: **Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil**. Campinas, 2003

_____. Do coletivo ao setor, do setor à empresa: a trajetória do 'novo sindicalismo' metalúrgico nos anos 90. In: Iram Jácome Rodrigues. (Org.). **O novo sindicalismo vinte anos depois**. 1ed. Petrópolis: Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999, p. 113-131.

GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião L. **CUT: ontem e hoje**. São Paulo: Vozes, 1991.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo, Ática, 1987.

HARDMAN, Francisco Foot e LONARDI, Victor. “Anarco- sindicalismo e congressos operários no Brasil”. In: _____. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos Vinte**. São Paulo: Global, 1982, pp. 329-359.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, nem Patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

HOBSBAWM, Eric. **Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 242 p.

JOFILLY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil - 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 158-179.

KERR, Clark; HARBISON, Frederick H.; DUNLOP, John T.; MYERS, Charles A. “Parte II. Os administradores e os administrados: a estruturação da força de trabalho”. In: _____. **Industrialismo e sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960, pp. 159-319

LADOSKY, Mario Henrique; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 6, pp. 147-170, 2015.

LEITE, Márcia de Paula; SÓLIS, Sidney Sérgio F. O último vendaval: a greve dos 700 mil. **Revista Cara a Cara**, ano I, no 2, junho-setembro, 1978, pp. 115-151.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da História? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 2004

MARTUSCELLI, Danilo. A burguesia mundial em questão. **Crítica Marxista** (São Paulo), v. 1, p. 29-48, 2010.

_____. Ruptura sem precedentes, pluralismo irrestrito e democratismo: as três faces ideológicas da identidade petista. **Lutas e Resistências**, v. 2, p. 34-47, 2007.

_____. Elite e classe dominante: notas sobre o marxismo inspirado na teoria das elites. **Outubro** (São Paulo), v. 1, p. 247-275, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOSO, Jorge Eduardo; OLIVEIRA, Marco Antonio. **Desenvolvimento excludente, crise econômica e desafios do sindicalismo brasileiro**. Campinas, abril/1990 (Cadernos do CESIT. Textos para discussão).

MICHELS, Robert (2001). **Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna**. Lisboa: Antígona

MOISÉS, José Álvaro. “Capitalismo, industrialização e classe trabalhadora. A greve dos 300 mil: uma conjuntura de crise e de lutas”. In: _____. **Greve de Massa e Crise Política (Estudo da Greve dos 300 Mil em São Paulo - 1953-54)**. São Paulo: Pólis, 1978, pp. 43-94.

MORAES FILHO, Evaristo. **O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos**. 2. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

MOTTA, Marly Silva Da. **A política como arte de conciliar**. 2002 (Texto para Portal CPDOC).

NEVES, Lucília de Almeida. “As principais reivindicações e manifestos sindicais no início dos anos 60”. In: _____. **CGT no Brasil (1961-1964)**. Belo Horizonte: Veja 1981, pp. 100-119.

NOGARA, Tiago Soares; OLIVEIRA, Thiago Prestes de. O MBR-200 e o enfrentamento prolongado ao neoliberalismo. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 7, p. 53-75, 2017.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. O surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista. **Revista Saeculum**, nº 4/5 – jan. /Dez. 1998-1999, pp. 287-308.

PACHECO, Diego Grossi. **Revolução, Socialismo e Democracia: os aportes do Marxismo-Leninismo para a questão democrática na resistência contra a ditadura militar no Brasil**. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. Os operários navais do Rio de Janeiro sob a ditadura do pós- 1964: repressão e resistência. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 6, n. 11, 2014, p. 11-23.

RIAZANOV, David. **Marx e Engels e a história do movimento operário**. São Paulo: Global, 1984

RODRIGUES, Iran Jácome. “A luta pela afirmação operária no espaço da fábrica”. In: _____. **Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria**. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: Fase, 1980 pp. 85-109.

RODRIGUES, Iran Jácome. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São. Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As Tendências Políticas Na Formação das Centrais Sindicais. In: _____. **O SINDICALISMO BRASILEIRO NOS ANOS OITENTA**. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 1991, v., p. 11-42.

_____. **CUT: os militantes e a ideologia** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009a. Disponível em: <

<https://static.scielo.org/scielobooks/vvw5c/pdf/rodrigues-9788579820243.pdf>>. Acesso em 10/10/2017.

_____. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009b. Disponível em:< books.scielo.org/id/5y76v>. Acesso em: 5/07/2017.

ROZICKI, Cristiane. Unidade e pluralidade sindicais: um par de princípios antinômicos conciliáveis. **Jornal Trabalhista Consulex Brasília** v.13 n.625 p.1010-007 set. 1996.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALLUM JÚNIOR, Brasílio. **Labirintos: dos generais à Nova República**. Hucitec, 1997

SANTANA, M. A. O novo e o velho sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 1, n.10/11, p. 19-35, 1998.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do Trabalho no Mundo Contemporâneo**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. v. 1. 63p

SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)**. Dissertação. Mestrado em História. UFRGS. 2008.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**; tradução Renato Busatto Neto, Cláudia. Rocha de Almeida. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História, v. 5).

VELASCO E CRUZ e MARTINS (1983). “De Castello a Figueiredo: Uma Incursão na Pré-História da Abertura”; In: SORJ, Bernard e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.), **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. São Paulo: Brasiliense.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil. In: Francisco de Oliveira; Cibele Saliba Rizek. (Org.). **A era da indeterminação**. 1ªed.São Paulo: Boitempo, 2007, v. 01, p. 49-69.

_____. **Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações do novo sindicalismo ao sindicato cidadão**. Tese. Doutorado em Sociologia. USP. 2002.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil. **Estudos Cebrap**. 04, São Paulo, 1973, pp.66-105.

ZANETTI, Lorenzo. **O "NOVO" NO SINDICALISMO BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS, IMPASSES E DESAFIOS**. 1993. Dissertação (Mestrado em educação). Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1993.

ZARPELON, Sandra. **A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da CUT**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Unicamp. Agosto 2003. Dissertação de Mestrado. Unicamp.